



ADFA



PORTE
PAGO

ANO VIII
N.º 97
MENSAL
DEZEMBRO
1981
PREÇO 20\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Propriedade, Administração e Redacção
Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director
J. EDUARDO L. CASCADA

Composto e impresso nas oficinas
Empresa Pública Diário Popular (EPDP)

Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex

Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

EDITORIAL

O Ano Internacional do Deficiente terminou. Embora as comemorações em Portugal prossigam até Março próximo, no calendário o AID já está riscado.

«Temos um ano, queremos uma vida», lançou a ADFA como palavra de ordem no início das comemorações. «Tivemos um ano, queremos uma vida», gravámos agora no calendário da Associação editado para 1982.

Mas estes slogans não são, de facto, realistas. Melhor diríamos: «Reivindicamos uma vida e nem um ano tivemos».

Efectivamente, no início das comemorações tínhamos esperanças de que este ano seria realmente dedicado aos deficientes. Não o foi. Neste ano, especialmente destinado aos deficientes em toda a comunidade internacional, estes, em Portugal, continuaram a ser ignorados, os seus problemas continuaram a ser escamoteados e a sociedade continuou alheada como sempre desta problemática.

Não se esperava que em 1981, por obra mágica, a marginalização fosse banida, que todos os deficientes adquirissem o seu estatuto de cidadãos plenos. Mas pretendia-se, e não era exigir de mais, que a problemática dos deficientes, por força do AID, ganhasse uma dimensão nacional e subisse na escala das preocupações do País ao nível que lhe é devido. Depois do AID haveria que pugnar para que esse estado de espírito se mantivesse. Seria assim que a palavra de ordem — «temos um ano, queremos uma vida» — teria ganho sentido.

Mas a luta dos deficientes não deve esgotar-se nas comemorações do AID. O balanço negativo que fazemos não deve gerar desânimos. Bem pelo contrário, deve servir como prova de que o caminho da integração social é longo e difícil e por isso mais força e determinação devemos exigir de nós próprios. Se pelo menos, por parte dos deficientes, esta consciência foi adquirida, diremos, só por isso, que o AID valeu a pena. E adaptaremos agora a nossa palavra de ordem: «tivemos um ano, lutaremos por uma vida».

No pouco que no AID se fez, foram os próprios deficientes, na sua acção e empenhamento directos, como agentes da sua própria integração social, que conferiram algum sentido às comemorações, embora com falhas e descuidos que é bom não esquecer. Que isso seja uma amostra do muito que se pode fazer; que seja a arrancada consciente para metas mais distantes; que seja a mola impulsadora do agigantamento da força que nos deficientes reside. Que sejam encontradas formas práticas, a partir de agora, para que o milhão de pessoas a quem no nosso País o AID se destinou revolvam e alterem o seu estatuto social: que passem de mera massa amorfa e necessitada, desopistária das migalhas e da caridade social, transformando-se em activos sujeitos construtores do seu próprio futuro, da maneira de estar na sociedade à sua exacta medida. Assim, o AID teria sido um bom ponto de partida e afirmá-riamos então: «tivemos um ano, vamos ter uma vida».

DIRECÇÃO DA ADFA RECEBIDA PELO MINISTRO DA DEFESA NACIONAL E PELO CHEFE DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO

O Ministro da Defesa Nacional, Prof. Freitas do Amaral, recebeu, no passado dia 24 de Dezembro, a Direcção Central da ADFA. O Ministro da Defesa convocou a Direcção da Associação exclusivamente para lhe fazer entrega de um cheque de três mil contos como reforço do subsídio oficial recebido em 1981. Entretanto, aproveitando esta oportunidade, os representantes da ADFA abordaram a questão da legislação, nomeadamente o projecto de alteração do Decreto-Lei n.º 43/76 e a lei dos grandes deficientes, expressando a necessidade urgente de se proceder à aprovação das referidas medidas legislativas. A análise feita foi muito rápida, ficando acordado que o Secretário de Estado da Defesa, que se encontrava presente, receberia a Direcção da Associação ainda antes da Assembleia Geral de 16 de Janeiro, a fim de se saber concretamente qual

a posição do Ministério da Defesa sobre as medidas legislativas que se torna necessário aprovar, de maneira que os associados, na Assembleia, possam definir, por seu turno, a posição da ADFA.

Nesta audiência, o Ministro da Defesa Nacional expressou a sua solidariedade para com todos os deficientes em geral e para com os deficientes das Forças Armadas em particular, reconhecendo a acção positiva da ADFA nos seus esforços para procurar resolver os problemas dos seus associados.

A fim de preparar a audiência com o Secretário de Estado da Defesa, que deve realizar-se na semana que antecede a Assembleia Geral, a Direcção da Associação foi recebida pelo Chefe do Gabinete daquele membro do Governo no dia 6 de Janeiro. Dos assuntos tratados, que a ADFA pretende aprofundar com o senhor Secretário de Estado, há, para já, a realçar o facto de os projectos (alteração do Decreto-Lei 43/76

reintegrar-se da realidade que é a ADFA e da situação de todos os deficientes das Forças Armadas, nos seus vários tipos, conforme a legislação que os contempla.

O Chefe do Estado-Maior mostrou-se particularmente sensível para a situação dos grandes deficientes que não são abrangidos por qualquer legislação, já que dias antes, em visita ao Hospital Militar Principal, havia contactado com alguns nesta situação (há mais de 10 anos no hospital por não terem perspectivas de integração social mínima). Os representantes da ADFA tiveram oportunidade de referir a existência da lei dos grandes deficientes, aprovada pelo Conselho da Revolução e que se encontra há anos no Ministério da Defesa aguardando publicação. No entender da Associação, haveria apenas, para resolver a situação desses deficientes, que proceder à publicação desse diploma.

Chefe do Estado Maior do Exército sensível à situação dos grandes deficientes

O Chefe do Estado Maior do Exército, general Garcia dos Santos, recebeu a Direcção da ADFA no passado dia 29 de Dezembro. A Associação solicitou esta audiência, no sentido de obter o apoio do Chefe do Estado-Maior do Exército para a resolução da questão fundamental da assistência médica, que se pretende ver resolvida através das ADMs. Entretanto, a audiência que foi bastante longa, não se limitou a este assunto. O general Garcia dos Santos quis

(Continua na 8.ª pág.)

• Concurso da letra para o hino da ADFA. **PAGINA 8**

• Marginalização do Conselho Nacional de Reabilitação. **PAGINA 12**

• Minibuses para deficientes em Lisboa. **PAGINA 3**

• Gulbenkian atribui subsídio à ADFA. **PAGINA 8**

• Projecto na A.R. sobre emprego de deficientes. **PAGINA 12**

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º 28.º dos Estatutos, a Mesa da Assembleia Geral Nacional convoca todos os sócios para uma Assembleia Geral Nacional Extraordinária a realizar no próximo dia 16 de Janeiro de 1982, com início às 14 horas, na sede da ADFA, sita no Palácio da Independência em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Inscrição da ADFA na Federação Mundial de Ex-Combatentes
2. Ratificação do empréstimo hipotecário para compra das instalações da Delegação de Setúbal.
3. Ratificação da deliberação da reunião do Secretariado Nacional de 1 de Novembro de 1981, constante do ponto n.º 1 da ordem de trabalhos.
4. Ano Internacional do Deficiente.
5. Legislação.
6. Revisão Estatutária.

ADFA, 3 de Dezembro de 1981.

A Mesa da Assembleia Geral Nacional
O Presidente
Abel Artur dos Santos Fortuna

NÃO FALTES À ASSEMBLEIA GERAL 16 DE JANEIRO

REALIZADO EM 8 DE DEZEMBRO

GRANDE ENCONTRO REGIONAL DE DEFICIENTES DO DISTRITO DO PORTO

Teve lugar no dia 8-12-81, Antas, o Grande Encontro Regional de Deficientes do Distrito do Porto, promovido pela Comissão Coordenadora Distrital para o AID, tendo contado com a participação de todas as Associações de Deficientes.

Este Grande Encontro consistiu de uma manhã desportiva e uma tarde em que, para além do debate sobre a problemática dos deficientes e o balanço a nível nacional e distrital, da forma como decorreu o AID, realizou ainda em convívio de carácter cultural.

Na manhã do dia 8 cerca de uma centena de atletas deficientes participaram em diversos encontros de várias modalidades desportivas.

Assim, duas equipas de cegos disputaram um animado jogo de futebol de salão e outras duas equipas, da ADFA e Associação Portuguesa de Surdos Mudos, disputaram igualmente um jogo de futebol de salão.

Realizou-se ainda um encontro de basquetebol em cadeira de rodas, entre as equipas da ADFA e da APD (Núcleo do Porto).

Jogos de Damas, Xadrez e Cartas, foram também realizados numa demonstração evidente de que o deficiente é capaz de competir no Desporto e através dele conseguir uma melhor integração social.

Uma mesa constituída por elementos de diversas associações de deficientes presidiu a um debate, que assumiu em alguns instantes aspectos interessantes e demonstrativos de que os deficientes sabem quais são os seus problemas e a forma como poderão ser ultrapassados.

Ainda dentro deste capítulo, foi apresentado às cerca de três centenas de pessoas presentes, o balanço nacional e distrital da forma como a Comissão Coordenadora Distrital para o AID, analisou as actividades desenvolvidas ao longo de 1981.

Quisemos neste Grande Encontro Regional de Deficientes do Distrito do Porto delimitar o Balanço Nacional e Distrital, da forma como, no nosso entender, tem decorrido este AID.

É importante que os deficientes Portugueses, ao cabo de uma jornada de luta na caminhada para a meta que conduzirá à resolução dos seus problemas, façam uma paragem para reflectirem sobre a sua actual situação.

Efectuando-se esta caminhada no seio de uma sociedade, cuja mentalidade urge que se deixe de encarar o Deficiente de uma forma caritativa e ultrapassada, lamentamos profundamente que as maiores dificuldades venham dos responsáveis a todos os níveis, umas vezes por manifesta má vontade política, outras por incompetência e uma certa perspectiva de encarar a problemática do Deficiente, que morreu com o 25 de Abril.

É dussí prova o dia 9 de Dezembro que não será para nós, Deficientes, um dia de festa, pois nada de fundamental que temos defendido para

o AID foi cumprido ou promulgado. O dia 9 de Dezembro e sua Sessão Solene serão para nós a certeza de que continuamos a bater às portas fechadas reclamando o posto de trabalho que não chega.

Embora o AID termine em 31 de Dezembro, podemos, desde já, fazer um certo balanço das actividades, ou como lhe querem chamar, das «Comemorações».

Dos aspectos positivos, teremos que realçar o facto de, dentro do lema das «comemorações» — total participação e igualdade — se ter, a nível oficial, respeitado a participação dos deficientes, através das suas organizações representativas (embora só depois da luta das Associações para que tal se efectivasse). Deste modo, os Deficientes, dentro da estrutura organizativa oficial, tiveram

sobretudo, um ano de luta, perspectiva que fizemos entender oportunamente.

É que a integração, assim o entendemos, é um movimento de fora para dentro da própria sociedade. É participando que os Deficientes se afirmam na realidade, porque são cidadãos, seres humanos, com os quais é necessário habituar a sociedade a lidar, a conhecer as suas insuficiências e capacidades, os seus problemas e aos seus anseios. De fora, os Deficientes continuarão a ser encarados à luz dos enraizados preconceitos que dominam ainda uma boa parte das pessoas no nosso país.

As Associações de Deficientes têm vindo, ao longo do ano e na estrutura organizativa nacional, a denunciar o pouco ou nada que os órgãos de comunicação social, designadamente a RDP e a

sos, só tardiamente foi concretizada.

Mais difícil ainda foi o arranque para acções concretas, embora sempre impulsionado pelos representantes das Associações de Deficientes.

Tais comissões, apesar de ainda incipientes, devem prolongar-se para lá do final do AID, devendo ser coordenadas pelo Secretariado Nacional de Reabilitação, como motores, ao nível regional e local, do equacionamento e resolução das carências que neste campo se fazem sentir, com mais acuidade no interior do País. Tal como em outros sectores de actividade, é urgente descentralizar a reabilitação e a reintegração dos deficientes.

Há que terminar com a política de desenraizamento dos deficientes que, para usufruirmos dos poucos meios de

todos nós, directa ou indirectamente.

A situação actual deste inquérito é a seguinte:

Já concluídos os Concelhos de Paços de Ferreira, Valongo e Vila Nova de Gaia; Prometeram entregar hoje, 8 de Dezembro, os Concelhos de Amarante, Gondomar, Póvoa de Varzim, Matosinhos, Penafiel, Vila do Conde e Felgueiras;

Desconhece-se a situação nos Concelhos de Baião, Redes, Marco de Canavezes e Lousada;

Igualmente se desconhece a situação no Concelho da Maia, pois este Concelho nunca compareceu às reuniões efectuadas.

No Concelho do Porto, das 15 Freguesias apenas 9 já entregaram o referido inquérito.

Para concretização deste inquérito foram feitas reuniões em 16 das 17 Câmaras Municipais do Distrito, tendo-se deslocado, para esse efeito, elementos desta Comissão. Este trabalho levou à formação de Comissões Concelhias algumas das quais ultrapassaram o âmbito do inquérito, propondo-se levar a cabo outras iniciativas, como por exemplo, os Concelhos da Póvoa de Varzim, Valongo, Vila Nova de Gaia, etc.

Realizou-se no passado dia 24/11/81 na Câmara Municipal do Porto, um colóquio sobre Barreiras Arquitectónicas e Urbanização, o qual foi alargado a todas as Câmaras Municipais do Distrito, previamente convocadas, embora só tenham estado presentes 5 Câmaras, das 17 existentes (Porto, Póvoa de Varzim, Penafiel, Amarante e Vila do Conde). A hora marcada foi em tempo normal de serviço — 15 horas. Participou neste colóquio o eng.º José Carretas, do Secretariado Nacional de Reabilitação.

Em colaboração com a Direcção Geral do Ensino de Adultos e a Direcção do ensino Básico, alguns elementos desta Comissão participaram em acções de sensibilização, aproveitando cursos que se vinham a desenrolar.

Realizou-se no Porto um encontro com elementos responsáveis pelo Secretariado Nacional de Reabilitação, os quais foram alertados para a falta de respostas adequadas e coordenação das existentes, de forma a conseguirmos uma melhoria no atendimento mínimo exigível aos Deficientes deste Distrito.

Foram levadas a cabo algumas medidas concretas

que, esperamos, sejam futuramente alargadas, solucionando, de forma capaz, as necessidades de circulação e consequentemente a integração social dos Deficientes.

Assim, foram adaptados alguns passeios com rampas na baixa Portuense, havendo processos para a colocação de mais; a Câmara Municipal do Porto prometeu a colocação, em todos os parques de estacionamento de placas que condicionam o estacionamento de veículos de deficientes.

Emitiram-se e distribuíram-se à população cartazes, autocolantes e calendários.

Editou-se uma medalha comemorativa do Ano Internacional do Deficiente.

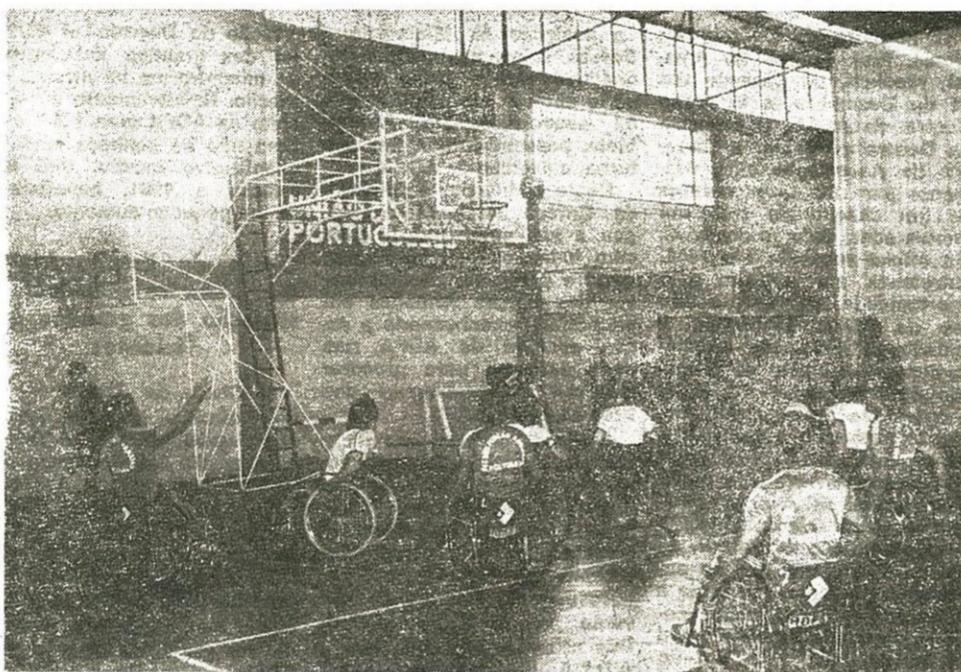
Está neste momento esta Comissão interessada em resolver o «problema» dos 4 autocarros que foram programados para a cidade do Porto estando-se a desenvolver esforços nesse sentido com os STCP para que venham a funcionar, o mais depressa possível, à semelhança de Lisboa e Setúbal, muito embora tenha esta Comissão consciência que não é esta a solução desejável, pois só haverá uma integração total dos Deficientes quando estes compartilhem com os demais cidadãos.

Toda a actividade desenvolvida por esta Comissão tem por finalidade não só alertar e informar a Opinião Pública acerca dos problemas dos deficientes, que são afinal de toda a população, mas fundamentalmente, o encontrar de soluções concretas e a responsabilização dos Organismos competentes para a sua concretização, para que não se fique uma vez mais pelas intenções e pelos «slogans» mas efectivamente sejam dispendidas energias e esforços na resolução concreta dos problemas.

PELO DIREITO À VIDA A REABILITAÇÃO TEMOS UM ANO QUEREMOS UMA VIDA TOTAL PARTICIPAÇÃO Porto, 8 de Dezembro 1981

A finalizar este Grande Encontro realizou-se uma manifestação cultural, tendo sido intervenientes na mesma, alguns deficientes e um grupo argelino que propositadamente se deslocou ao Porto.

Os meios de comunicação social estiveram de uma forma geral atentos a esta realização, tendo a RTP, RDP e jornais diários, inserido notícias dando conta dos acontecimentos.



Um aspecto do jogo de basquetebol

oportunidade de tentar imprimir às comemorações um carácter mais de acordo com eles próprios.

Um outro aspecto positivo e muito encorajador prende-se com a forma favorável como a população reagiu ao AID, sempre que lhe foi possível tomar contacto com actividades comemorativas, revelando uma identificação muito grande com os ideais dos próprios Deficientes.

Dos aspectos negativos, resalta como fundamental e de que dependia quase tudo, o não empenhamento do «Problema terá sido: quanto menos se comemorar melhor» ou então «quanto menos se falar no AID me'hor».

Aderiu Portugal, de facto, a proclamação do Ano Internacional do Deficiente pelas Nações Unidas?

Foi aceite e seguido pelo Governo Português o lema «total participação e igualdade»?

Serão questões que ficam e cujas resposta, nem no fim do ano, serão, certamente, favoráveis.

O Governo Português não se portou à altura do AID, pelo menos até aqui, temos que concluir.

Comemorar o AID com festas revelou-se tremendamente errado, pois o AID deverá ser,

RTP, têm feito no campo da sensibilização.

Verificamos neste final de ano que não houve vontade política de levar à prática as deliberações e recomendações da ONU, expressas na Resolução 411, com a qual o Governo Português se comprometeu.

O Governo Português se comprometeu.

O País continua e continuará, por muitos anos, a desconhecer os reais problemas dos Deficientes, enquanto não houver uma mudança radical de mentalidades (tal como a que levou o Director de Programas da RTP a dizer que a Televisão é essencialmente recreativa e que os problemas dos Deficientes são demasiado chocantes para se ter conhecimento deles).

Mas a política de avestruz continua a não dar resultado para esconder um problema real que afecta cerca de um milhão de portugueses.

Com o objectivo de levar até às populações locais a discussão e o empenhamento de toda a questão do AID, foram criadas em todo o País comissões Distritais e Concelhias, presididas, respectivamente, pelos governadores civis e presidentes das Câmaras Municipais e das quais fazem parte as Associações de Deficientes, com representatividade na zona e as Delegações dos Ministérios e Secretarias de Estado que, a nível local e regional, concorrem para a resolução dos problemas dos deficientes (Nem em todas as zonas as Associações foram aceites, como é o caso de Bragança e Vila Real).

Consideramos de primordial importância a criação de tais comissões, mas, por ser uma nova experiência neste País, a sua criação tem sido difícil, o que, em alguns ca-

reabilitação que existem, têm que se deslocar sempre para os grandes centros de Lisboa e Porto, agravando consideravelmente os seus problemas de integração.

Em suma, podemos afirmar que neste AID, o que à partida julgámos ser possível, pela adesão do Governo Português à Proclamação da Assembleia Geral das Nações Unidas — Total participação e igualdade — continua a pairar em Portugal como um slogan vazio em cabeças ocas de esperança.

Colocamos como prioritário, no Distrito do Porto, o lançamento de um inquérito aos Deficientes, dado que, apesar de devidamente alertado o INE, pelas Associações de Deficientes, não foi contemplado no Censo há pouco realizado.

O referido inquérito foi levado a efeito com a colaboração das autarquias locais, da Igreja, das Associações de Deficientes e demais pessoas interessadas e teve pouca ajuda dos Órgãos de Comunicação Social para o seu lançamento e divulgação junto da opinião pública, alertando-a para a importância do mesmo, apesar da conferência de Imprensa realizada em Abril.

Consideramos que só com um conhecimento mínimo do número e tipo de deficientes existentes, se poderá planificar as estruturas e apoios necessários para a resolução de um problema que afecta a

TIRAGEM DESTE NÚMERO 9 000 EXEMPLARES

CONSULTÓRIO JURÍDICO

Dado o período festivo que decorre, não apresentamos neste número a habitual informação do Consultório Jurídico, prometendo, todavia, que no próximo virá inserido mais um capítulo dedicado aos empréstimos a conceder pelas instituições de crédito para construção ou aquisição de habitação própria.

ATENÇÃO
SÓCIOS COM QUOTAS EM ATRASO DEIXAM DE RECEBER O «ELO»

Comunica-se aos associados que a partir deste número o «Elo» deixará de ser enviado para os sócios que não tenham as suas quotas em dia.

Note-se que, conforme os Estatutos, os sócios com mais de três meses de quotas em atraso deixam de usufruir dos direitos associativos. O recebimento do «Elo» é um desses direitos.

Assim, o próximo número do «Elo» já não será enviado para os sócios que tiverem mais de três meses de quotas em atraso.

TRANSPORTES ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

PREVISTA PARA BREVE A ENTRADA EM FUNCIONAMENTO DOS MINIBUSES

Após várias reuniões realizadas ultimamente no Secretariado Nacional de Reabilitação pelo Grupo de Trabalho sobre transportes para deficientes, há agora indicações de que os tão falados mini-autocarros especiais para deficientes entrarão brevemente em funcionamento na cidade de Lisboa.

Uma unidade destes mini-autocarros encontra-se já em Portugal, aguardando o desalfandegamento junto ao Aeroporto da Portela.

Como é sabido, este meio de transporte destina-se a todos os deficientes com dificuldades de locomoção que não podem fazer uso dos actuais transportes públicos colectivos normais.

Para poderem utilizar estes autocarros, os deficientes, à excepção dos utentes de cadeiras de rodas, necessitam de adquirir na Carris um cartão que lhes é passado mediante a entrega de um atestado médico.

O atestado médico, por sua vez, é obtido através de inspecção médica nos seguintes hospitais:

— Hospital Curry Cabral (2.ª e 4.ª-feiras, às 10 horas).

— Hospital Santo António dos Capuchos (3.ª e 5.ª-feiras às 11 horas). Apenas para amputados dos membros inferiores.

— Hospital Santa Maria (3.ª e 6.ª-feiras às 11 horas).

É aconselhável a marcação prévia da consulta.

O deficiente deverá munir-se do bilhete de identidade

e do cartão da ADSE (ou credencial P1 da Caixa de Previdência do Posto da área da sua residência). No caso dos deficientes das Forças Armadas, estes devem fazer-se acompanhar do respectivo cartão (lista encarnada de

DFA e lista verde de deficiente em serviço).

Uma vez na posse do atestado médico, o deficiente deverá dirigir-se aos escritórios da C. Carris (Rua 1.ª de Maio em Santo Amaro, em Lisboa) às horas normais de expediente, onde fará entrega deste documento, juntamente com uma fotografia, obtendo depois o respectivo cartão. No caso dos deficientes de cadeira de rodas, basta dirigir-se directamente à Carris.

REGULAMENTO DA UTILIZAÇÃO DOS MINI-BUSES.

A marcação do serviço desejado indicando se usa ou

não cadeira de rodas, a origem, destino e hora a que se pretende atingir esse destino, deve ser feita para o Posto Central da Carris (63 20 44) pelo menos, na ante-véspera do referido serviço. Pedidos de Serviço com prazo inferior só poderão aceitar-se dentro do percurso estabelecido e se houver vagas.

Quando haja periodicidade na necessidade de transporte, o pedido pode ser feito por um período definido. Neste caso o utente ficará obrigado a avisar o Posto Central da Carris da eventual não utilização do transporte. Es-

se aviso deve ser feito na ante-véspera, salvo casos de força maior devidamente justificados.

As pessoas que fizeram o seu pedido de transporte deverão obter confirmação do mesmo e indicação da hora a que ele se realiza, mediante telefonema a efectuar na véspera do serviço, a partir das 15 horas.

Sem esta confirmação a inscrição ficará sem efeito.

Quando o serviço seja periódico a confirmação pode ser dispensada. Alterações eventuais ao serviço serão transmitidas aos utentes durante o percurso.

O utente deve estar no local de paragem à hora combinada.

Quando assim não aconteça o transporte não pode ser garantido.

Os deficientes que necessitam de ajuda deverão fazer-se acompanhar de alguém, já que as carrinhas dispõem exclusivamente do motorista cujo auxílio é necessariamente limitado.

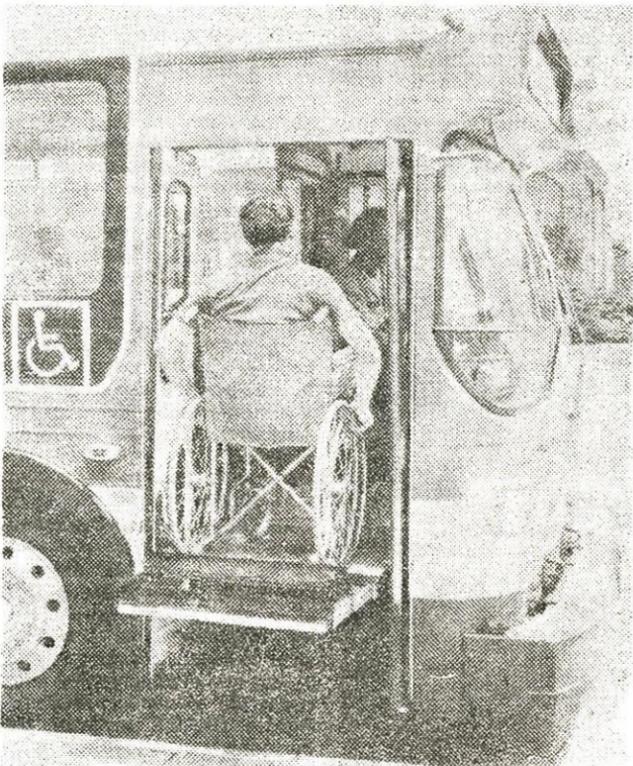
A acomodação dentro do veículo será orientada pelo motorista, nomeadamente no que diz respeito à posição das cadeiras de rodas.

É rigorosamente proibido viajar nestes transportes sem utilizar o adequado equipamento de segurança do minibus (fixação das cadeiras de rodas, cintos de segurança, etc.).

Beneficiário de transporte gratuito as crianças com idade até quatro anos, quando transportadas ao colo.

O bilhete, cobrado pelo motorista, quer ao deficiente quer ao seu eventual acompanhante será de tarifa igual ao cobrado pelo motorista nas carreiras regulares normais. Neste momento é de 25\$00 e não está prevista a utilização de passes sociais nem bilhetes pré-comprados.

O horário de funcionamento será das 7.00 às 24 horas, todos os dias, incluindo Domingos e Feriados. Este horário sofrerá os ajustes que a experiência recomendar.



ADFA ACTIVA NA SEMANA NACIONAL DO DEFICIENTE

De 2 a 9 de Dezembro decorreu, como é sabido, a Semana Nacional do Deficiente. Nesta altura a ADFA esteve particularmente activa, especialmente na sua acção junto dos órgãos de informação.

Para além da conferência de Imprensa, realizada no dia 7 de Dezembro, foi veiculada a posição da ADFA sobre as comemorações do Ano Internacional do Deficiente através de declarações e entrevistas directas para a rádio e vários jornais. Destas entrevistas há a destacar as concedidas aos jornais «Portugal Hoje» e «Expresso». Já posteriormente foram concedidas entrevistas ao «Comércio do Porto» e «O País».

Na conferência de Imprensa de 7 de Dezembro, a ADFA anunciou publicamente a sua não participação nas cerimónias oficiais do Dia Nacional do Deficiente, devido, essencialmente, ao facto de, a nível de estrutura organizativa oficial, as mesmas não terem sido preparadas de molde a fazer-se ouvir a voz dos próprios deficientes. Desta falha foram responsabilizadas algumas Associações de deficientes que inviabilizaram a última reunião da Comissão Nacional.

Aproveitou-se esta conferência para divulgar a posição crítica da ADFA perante a forma como têm decorrido as comemorações. Apontou-se o facto de o AID não se ter assumi-

do com uma dimensão pública, sendo escamoteado ou iludido pelos órgãos de informação, especialmente pela televisão. Criticou-se ainda o governo por não ter no espírito da proclamação da ONU, aproveitado o AID para aprovar algumas medidas fundamentais para os deficientes, algumas delas já sob a forma de projecto, entre eles os que se encontram no Ministério da Defesa Nacional sobre os deficientes das Forças Armadas.

De entre os jornais que se dirigiram à ADFA nesta altura, realçamos o «Jornal da Saúde e Segurança Social», uma publicação jovem, com o primeiro número saído em Novembro, que entrevistou a Direcção da Associação sobre actividades desportivas desenvolvidas e a desenvolver.

Há ainda a realçar a atenção que o «Portugal Hoje» dispensou à ADFA e ao AID, estando agora a programar uma importante mesa redonda com as principais Associações de deficientes subordinada ao tema «O Associativismo». A ADFA aderiu já a esta iniciativa, que considera importante e oportuna.

FACILITANDO O ACESSO DE DEFICIENTES

BANCO PINTO E SOTTO MAIOR PARTICIPA NO ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE

O Banco Pinto e Sotto Mayor, conforme já foi noticiado no início deste ano no «Elo», decidiu associar-se às comemorações do Ano Internacional do Deficiente, facilitando o acesso e atendimento de deficientes nos seus serviços.

Esta participação concreta é simultaneamente muito simples e muito significativa. Simples, porque é inerente à própria razão de ser do Banco: servir o público, logo todo o público, incluindo os deficientes — apenas a consciência deste facto simples; significativa, não só porque é uma atitude isolada dos serviços públicos, como porque pode vir a servir de exemplo e incentivo para outros organismos e empresas. (Oxalá que sim!).

Publicamos a seguir o texto sobre esta iniciativa que os serviços de relações públicas do Banco Pinto e Sotto Mayor entregaram directamente no «Elo».

Em conformidade com uma decisão tomada no primeiro trimestre do corrente ano e com a qual o Banco Pinto & Sotto Mayor entendeu associar-se às comemorações do Ano Internacional do Deficiente, foram efectuadas algumas obras de adaptação de estabelecimentos do Banco, trabalhos que decorreram a par de acções de sensibilização e formação de pessoal que desempenhará as suas funções em contacto com o público, no sentido de se obter um atendimento preferencial de deficientes de forma a facilitar-lhes os seus contactos diários com o Banco.

Das acções de formação de pessoal merece destaque aquela que possibilitou a existência na Dependência dos Restauradores em Lisboa, de funcionários aptos a presta-

rem informações a deficientes surdos-mudos.

Os estabelecimentos já objecto de obras de beneficiação são:

- ALVALADE — Praça de Alvalade, 16-B — 1700 LISBOA;
- CAMPO DE OURIQUE — Rua Ferreira Borges, 14-A — 1300 Lisboa;
- FONTES PEREIRA DE MELO — Av. F. P. de Melo, 1 — 1000 Lisboa;
- MOSCAVIDE — Av. de Moscavide, 44-A, 46-A — 1600 Lisboa;
- RESTAURADORES — Praça dos Restauradores, 11-12 — 1200 Lisboa.

Decorrem, entretanto, obras de adaptação em outros balcões que em breve serão objecto de informação.

Todas as adaptações agora anunciadas e as que se encontram em preparação bem como a sua distribuição em termos geográficos, resultaram de contactos previamente

ADFA SOLICITOU À RTP DIREITO DE TEMPO DE ANTENA

A ADFA, em ofício enviado recentemente à RTP (Radiotelevisão Portuguesa), solicitou o direito de tempo de antena. Através deste meio, a ADFA pretende ter acesso à televisão, procurando sensibilizar a opinião pública e os próprios deficientes para os problemas destes e das necessárias medidas a adoptar para lhes fazer face.

A função dos órgãos de informação e o papel que podem e devem desempenhar (especialmente os estatizados, como é o caso da televisão) no processo de integração social dos deficientes tem vindo a ser evidenciados e valorizados pela Associação, tanto no âmbito da Estrutura Organiza-

tiva da AID, como junto do Secretariado Nacional de Reabilitação.

Goradas as possibilidades de se obter uma alteração do comportamento da televisão por este meio nas comemorações do AID, a ADFA dirigiu-se directamente à Comissão Administrativa da RTP, mas sem obter, igualmente, resultados positivos.

O direito de antena que agora se requer ultrapassa o próprio âmbito do AID, procurando-se que se institucionalize o princípio de que as Associações de deficientes, tal como os sindicatos e organizações patronais, tenham livre acesso à televisão em espaço próprio.

DIAS DE RECEBIMENTO DE PENSÕES NA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS EM 1982

São os seguintes os dias, durante o ano de 1982, em que os deficientes das Forças Armadas podem receber as suas pensões na Caixa Geral de Depósitos:

- Janeiro, dia 15
- Fevereiro, dia 16
- Março, dia 16
- Abril, dia 15
- Maio, dia 17
- Junho, dia 15
- Julho, dia 15
- Agosto, dia 17
- Setembro, dia 15
- Outubro, dia 15
- Novembro, dia 16
- Dezembro, dia 15

Há ainda a referir que o subsídio de Natal é pago em Novembro (dia 16) e que a prova de vida é feita em Junho.

CARRIS: UMA EMPRESA ANTIGA COM IDEIAS NOVAS SOBRE OS DEFICIENTES

«ELO» Entrevistou Presidente da Comissão Administrativa

Num universo de cerca de dois milhões e duzentos mil habitantes, quase metade destes a residir na cidade de Lisboa, a CARRIS é talvez a maior empresa de transportes urbanos do país, com 8300 trabalhadores, mais de mil veículos ao serviço do público: tribuídos por 97 carreiras, transportando diariamente um milhão e trezentos mil passageiros, dos quais 72 por cento utiliza o passe social.

Num plano a médio prazo, elaborado por aquela empresa e prevendo que a grande Lisboa venha a ter três milhões de habitantes até ao ano 1990, pode ver-se o planeamento de algumas das acções a concretizar até 1984, nomeadamente, na gestão dos recursos humanos, desenvolver a formação técnico-profissional, formação pedagógica dos instrutores e formação para as actividades de gestão e direcção. No campo da higiene e segurança, a empresa propõe-se continuar a organizar cursos de socorrismo e campanhas de sensibilização, a nível de toda a empresa, visando melhorar as condições de trabalho e reduzir o numero de acidentados no trabalho. No entanto, em termos de prioridade na admissão de deficientes não existe nenhuma norma na empresa.

Neste Ano Internacional do Deficiente, a Carris destacou-se com uma participação activa, especialmente com a afixação de cartazes alusivos nos seus veículos, com inscrições correspondentes aos anseios dos próprios deficientes, tais como: «Deficientes, uma força de trabalho válida, há que aproveitá-la»; «Deficientes são os que não produzem»; «Deficientes... 1981... A solução começou», etc. Colocou ainda os autocarros à disposição das Associações de Deficientes para aí afixarem cartazes. A ADFA aproveitou esta oportunidade, difundindo por este meio a mensagem: «Uma sociedade consciente não rejeita o deficiente».

A Carris tem vindo ainda a empenhar-se activamente na experiência «Minibuses».

Para melhor conhecimento da política da empresa face à problemática do deficiente, entrevistámos o Presidente da Comissão Administrativa, em eng. Vilar Queiroz, o director de tráfego, dr. Monteiro e o dr. Conceição.

«ELO» — Uma das medidas adoptadas em muitos países da Europa para a integração dos deficientes no mercado de

trabalho é a quota obrigatória. Em Portugal só muito recentemente um grupo de trabalho, no âmbito do SNR, elaborou uma proposta nesse sentido, a qual mereceu a discordância da CIP, por outro lado existem no nosso país ACTs e CCTs que prevêm a admissão de um dado numero de deficientes. Na CARRIS qual o método seguido para a admissão de trabalhadores deficientes e e no caso da aprovação da quota obrigatória qual seria a posição da empresa?

«CARRIS» — Até este mo-

mentos uma experiência muito má, foi uma admissão que se fez, já alguns anos, de grandes deficientes para o lugar de cobradores sentados, verificamos que a adaptação foi má e que a maioria dos cobradores então admitidos se foi embora da empresa.

«ELO» — E em termos de produtividade, os trabalhadores deficientes produzem o

mesmo ou menos que os outros?

«CARRIS» — Muito pelo contrário, nos casos que nós consideramos normais a produtividade será normal ou acima do normal, apenas tive-

mos uma experiência muito má, foi uma admissão que se fez, já alguns anos, de grandes deficientes para o lugar de cobradores sentados, verificamos que a adaptação foi má e que a maioria dos cobradores então admitidos se foi embora da empresa.

«ELO» — Prevê-se a circulação de Minibuses, em Lisboa, devidamente adaptados para deficientes. Várias pessoas e entidades directamente ligadas à problemática do deficiente defendem que para se conseguir uma integração ple-

toscarros e quais as eventuais perspectivas, a médio ou longo prazo, quanto à utilização das carreiras normais por deficientes motores?

«CARRIS» — Não sabemos qual das soluções será a melhor. A CARRIS, depois de verificar o método seguido noutros países da Europa, irá pôr, dentro de alguns meses, em circulação três pequenos veículos, dos quatro adquiridos, ficando portanto um de reserva, devidamente adaptados para deficientes, cujo itinerário não está ainda definido, mas é evidente que passarão por onde haja maiores núcleos de deficientes.

«ELO» — As comemorações do AID em Portugal não têm merecido a devida atenção por parte das entidades oficiais, em total desprezo pelas recomendações das Nações Unidas. A nível das empresas que eventualmente aderiram às comemorações do AID, a CARRIS quebrou, de certo modo, o imobilismo existente, afixando cartazes nos seus veículos que visam sensibilizar a população para a problemática do deficiente, porquê?

«CARRIS» — A CARRIS cumpriu a sua obrigação. É evidente que não podia alhear-se às comemorações do AID, como empresa pública tem essa obrigação. Foram realiza-

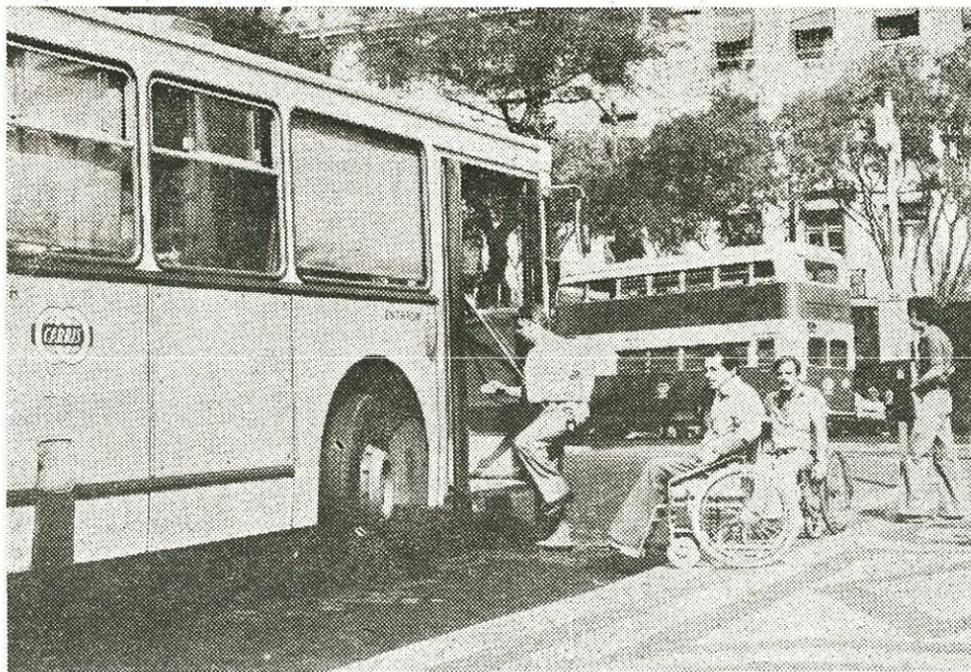
das várias outras acções inter-nas integradas no AID. Este ano teve portanto inteira participação da empresa. Esperamos, de facto, como aliás dizemos num desses cartazes, que a solução tenha começado este ano.

«ELO» — A partir de quando a CARRIS começou a admitir trabalhadores deficientes e destes, quantos estão, como estão integrados e que tipo de funções desempenham no quadro de pessoal da empresa?

«CARRIS» — Pensamos que desde sempre a empresa terá admitido deficientes, em termos de números é-nos difícil dizer quantos são porque não temos, como já referimos, os trabalhadores classificados como deficientes ou não deficientes. Temos uma série de indivíduos com deficiências maiores (no fundo deficientes somos todos nós) que estão colocados em funções e locais de trabalho que desempenham perfeitamente, portanto não são deficientes. Temos grandes deficientes motores não só nos serviços administrativos como nas oficinas e cantinas. São funcionários absolutamente normais, para nós. Os deficientes estão normalmente integrados na empresa.

«ELO» — Em Portugal cerca de 60 por cento dos deficientes são sinistrados no trabalho. A CARRIS está preparada para integrar os trabalhadores que se deficientam ao seu serviço e como são integrados?

«CARRIS» — Sim temos cerca de 400 trabalhadores que perderam faculdades para o desempenho de determinada função, desde o motorista que eventualmente perde parte da sua visão, a qualquer outro trabalhador que no desempenho das suas funções se deficiente. Estes funcionários são reintegrados na empresa desempenhando outras funções, depois de profissionalmente preparados pela própria empresa para o desempenho das novas funções. Se há um dado número de trabalhadores que se deficiente num sector onde há excedente de pessoal e se há falta de pessoal noutro sector, esses trabalhadores são integrados no sector onde há carência de pessoal.



mento nós não temos quota obrigatória uma vez que é preocupação, de alguma forma, criar postos de trabalho onde os deficientes possam trabalhar, é política da Administração, sempre que possível, que os postos de trabalho possam ser ocupados por deficientes. Tem sido nossa preocupação, como aliás faz parte da própria filosofia básica da medicina no trabalho, se o deficiente tiver um local de trabalho perfeitamente adaptado à sua deficiência esse deficiente deixa de o ser, e quando alguns meses nos pediram uma estatística dos nossos grandes deficientes, nós tivemos dificuldades, porque na realidade não temos os nossos funcionários classificados como deficientes ou não deficientes.

Preocupa-nos é quando temos lugares que podem ser ocupados por deficientes e se

mesmo ou menos que os outros?

«CARRIS» — Muito pelo contrário, nos casos que nós consideramos normais a produtividade será normal ou acima do normal, apenas tive-

mos uma experiência muito má, foi uma admissão que se fez, já alguns anos, de grandes deficientes para o lugar de cobradores sentados, verificamos que a adaptação foi má e que a maioria dos cobradores então admitidos se foi embora da empresa.

UNIDADE FABRIL VAI ADMITIR CENTENA E MEIA DE DEFICIENTES

Algo de novo e extraordinariamente importante aconteceu recentemente que manifesta bem a importância da luta da ADFA em prol dos direitos dos deficientes, dos militares em particular, mas de todos afinal.

Foi a Delegação do Porto abordada por empresários de Ilhavo, solicitando a colaboração da nossa Delegação, para a selecção de elevado número de deficientes, para trabalhar numa unidade fabril de cerâmica a instalar num futuro breve na região de Vagos, junto à Costa Nova, e para fornecer os preceitos a cumprir na delineação do edificio de modo a eliminar todas as possíveis barreiras arquitectónicas.

É evidente que este contacto nos deixou estupefactos, primeiro, porque não é hábito verem-se empresários interes-

sados na integração profissional dos deficientes, e por outro lado, porque foi a admissão que foi procurada. Algo continua (ou começa), a ser vista como alguém que tem competência técnica para resolver os problemas dos deficientes. O número inicialmente previsto ronda a centena e meia de postos de trabalho disponíveis para deficientes — cerca de 60 por cento do número total — que serão diversificados, passando pela pintura manual de peças cerâmicas, pela preparação de papéis, etc., etc.

Através de um contacto que a Direcção estabeleceu com os referidos empresários, iniciou-se já o processo que vai exigir da nossa parte muito trabalho e eficiência.

Nos próximos numeros do «ELO», surgirão notícias mais

circunstanciadas, assim como anúncios para o início da selecção dos sócios eventualmente interessados.

ZONA SUL ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos da alínea c) do Art.º 40.º a Mesa da Assembleia Geral da Zona Sul convoca todos os sócios para uma Assembleia Geral da Zona Sul a realizar no próximo dia 9/1/82, com início às 15 horas, na sede da Delegação de Évora, sita na Rua dos Deficientes das Forças Armadas, em Évora, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. — INFORMAÇÕES DA DIRECÇÃO
2. — SITUAÇÃO NA DELEGAÇÃO DE ÉVORA
3. — IRREGULARIDADES ENCONTRADAS DA RESPONSABILIDADE DA ANTERIOR DIRECÇÃO.

Évora, 15 de Dezembro de 1981

A MESA DA ASSEMBLEIA G. Z. SUL
Adelino Joaquim Santos

VOTOS DE BOAS-FESTAS DO COMANDANTE DA REGIÃO SUL PARA OS SÓCIOS DA A. D. F. A.

O general Firmino Miguel, Comandante da Região Militar Sul, enviou à Delegação da ADFA em Évora, votos de Feliz Natal para todos os sócios da Associação da Zona

Sul. Reiterou ainda a intenção de muito brevemente visitar as Instalações da Associação, conforme convite que lhe havia sido formulado pela Direcção da Delegação.

D.F.A.s. NA REFORMA EXTRAORDINÁRIA ESTÃO ISENTOS DE QUOTIZAÇÃO PARA OS SERVIÇOS DAS FORÇAS ARMADAS

Foi publicado no Diário da República II.ª Série, n.º 276, de 30-11-81, um Despacho do Estado Maior General das Forças Armadas de 18 de Novembro, que determina para os militares do Quadro Permanente, pessoal militarizado e civil, beneficiários titulares na situação de reforma ou aposentação, a isenção, nas suas pensões, do pagamento de quotização.

Efectivamente, este Despacho, quando abrange os militares do Quadro Permanente na situação de reforma, está também a englobar os D. F. As. pertencentes ao mesmo quadro e na situação de reforma extraordinária, isentando-os do pagamento de quotas obrigatórias para os Serviços Sociais das Forças Armadas, alterando assim, o Despacho do EMGFA de 12 de Setembro de 1977, publicado no Diário da República II.ª Série n.º 231, de 6-10-77.

COMEMORAÇÕES DO DIA NACIONAL DO DEFICIENTE

No passado dia 9 de Dezembro foi comemorado um pouco por todo o lado e através das mais variadas manifestações o Dia Nacional do Deficiente.

O Presidente da República visitou a Escola Cesário Verde em Lisboa, local onde se pretende reintegrar os deficientes juntamente com outras crianças normais. Este método de integração está já a ser largamente difundido e discutido, pois vem revolucionar o conceito de que o deficiente só pode aprender em escolas especiais. De realçar ainda o facto de que grande número de pessoas que trabalham nesta escola, o fazem a título gratuito.

A noite, o general Eans fez uma alocução na RTP em que demonstrou a sua preocupação relativamente ao facto de se em Portugal teriam sido atingidos os objectivos propostos pelo AID, dizendo nomeadamente: «Na verdade, é preciso não esquecer que, se o encerramento das comemorações do AID não faz cessar os direitos dos deficientes, como não extingue as obrigações do Estado na integração e reabilitação dos deficientes, do mesmo modo continuará o Estado igualmente obrigado a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com os deficientes e a assumir o encargo da direitos».

Durante a tarde, realizou-se, no Teatro S. Luiz, a Sessão Oficial de Encerramento do AID. Estiveram presentes: Oliveira Dias, presidente da Assembleia da República; Ribeiro Teles, em representação do primeiro-ministro; Nuno Abecasis, presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Fontes Pereira de Melo, em representação do CEMGFA; o Bispo Auxiliar de Lisboa, em representação do Cardeal Patriarca. Dirigiu os trabalhos o coronel Vila-Lobos. Entrevi ainda o professor Jacinto Magalhães, investigador de medicina genética.

A sessão a que assistiram poucos deficientes e muitos técnicos teve ainda a presença da dr.ª Manuela Eanes. A abrir a sessão actuou o coro de Câmara da Conservatória Nacional.

O coronel Vila-Lobos fez uma intervenção em que analisou as realizações do AID. Realçou o facto de que o que se fez este ano terá efeitos sobretudo no futuro.

Focou ainda a importância do plano para 10 anos, que prevê uma planificação de estruturas a nível nacional, fomento de pessoal técnico, legislação, participação das Associações e autarquias, educação, trabalho, assistência, cooperativas etc.

Quanto à legislação, informou que foram feitas altera-

ções no projecto inicial de acordo com os pareceres recebidos, mas tendo sempre em conta os interesses dos deficientes. Frisou ainda a necessidade de medidas especiais «para que os deficientes não sejam completamente arredados da vida social».

Lamentou ainda, Vila-Lobos, a ausência de entidades patronais, assim como das associações. A ADFA não esteve presente, conforme já foi divulgado em conferência de imprensa, porque na reunião da Comissão Nacional faltaram algumas associações, o que inviabilizou por falta de quorum, a nomeação do representante dos deficientes a esta cerimónia.

Na intervenção do dr. Jacinto Magalhães, este realçou o facto de que talvez se tenha acabado o AID sem se ter começado. Denunciou o facto de a verba atribuída para a Prevenção ser apenas de 20.000 contos. Interrogou-se sobre qual o futuro de uma sociedade moralmente incapaz. A prevenção, a que chama «reabilitação em tempo óptimo» pode ser feita atra-

vés de diagnóstico precoce; podendo este exame ser feito em mais de vinte doenças metabólicas. Em termos monetários, esta prevenção fica quatro vezes mais barata que a posterior recuperação. Em Portugal, há apenas dois anos e meio, começou a ser feito este trabalho; havendo neste momento quatro crianças que são normais porque foi feita a detecção a tempo.

O dr. Oliveira Dias disse ter muita admiração e respeito pelos deficientes. Focou a necessidade de se unificar esforços, com a finalidade de se resolverem os graves problemas que os afectam.

Professores do Ensino Especial saem à rua

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa saiu à rua neste dia, distribuindo milhares de comunicados, em que se protestava contra os graves problemas que se colocam no âmbito do ensino especial, nomeadamente o facto de existirem apenas estruturas educacionais para treze mil alunos, quando delas ne-

cessitam trezentos mil. Foi ainda denunciado o facto de a única de formação de professores do ensino especial — Instituto António Aurélio da Costa Ferreira — se encontrar encerrado há dois anos.

Festa da CCNOD no Pavilhão dos Desportos

Várias Associações organizadas na CCNOD realizaram uma festa no Pavilhão dos Desportos, com vários artistas convidados. A participação dos deficientes nesta festa foi diminuta, demonstrando desta forma, a não aceitação destes métodos, num dia que deverá ser de luta.

Inauguração do Centro Rural de Reabilitação de Ranholas

Foi inaugurado pelo ministro do Trabalho, Queiróz Martins, o Centro Rural de Reabilitação de Ranholas. Este Centro que se destina à reabilitação no sector da horticultura, começa com 12 estagiários tendo no entanto capaci-

dade para 50. Foi ainda anunciado pelo ministro do Trabalho a criação, a breve prazo, de centros no Porto, Bragança, Vila Real, Castelo Branco, Maia, Coimbra, Évora e Faro; assim como a reestruturação e ampliação do Centro de Avaliação e Reabilitação Profissional de Alcântara. Vão ser gastos nestas obras cerca de um milhão de contos. Esperemos que não aconteça com estes centros o mesmo que aconte-

ceu com o centro do Alcoitão; foram gastos milhares de contos, para depois funcionar a 30 por cento da sua capacidade.

O ministro do Trabalho em declarações prestadas na altura, manifestou a intenção do Governo em aprovar em breve alguns diplomas fundamentais para os deficientes, nomeadamente o do trabalho protegido e o da quota obrigatoria.

PUBLICADA REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA DE CRÉDITO POUPANÇA HABITAÇÃO

Foi publicado no Diário da República I.ª Série, n.º 284, de 11 de Dezembro de 1981, o Dec.-Lei n.º 340/81, de 11/12/81, que define e regula o novo sistema de crédito, denominado «poupança-habitação», introduzido pelo Dec.-Lei n.º 149/81, de 4 de Junho e destinado a financiar a aquisição ou construção de habitação própria aos agregados familiares.

lado, faz depender o valor do empréstimo da peritagem a levar a efeito pelas Instituições de Crédito e do estabelecimento da taxa de juro contratual, também a definir.

ADFA NO MDN

(Continuação da 1.ª pág.)

Relativamente ao projecto sobre a assistência médica dos deficientes das Forças Armadas através das ADMs ficámos convictos que se contactará com a melhor vontade e apoio do Chefe do Estado-Maior do Exército.

Esta questão sensível da legislação vai agora ser analisada mais uma vez, pela Assembleia Geral Nacional da Associação. Em função de todos os elementos disponíveis (falta ainda a entrevista com o Secretário de Estado da Defesa) os sócios irão pronunciar-se, não deixando de levar em conta que, passados quase 8 anos do fim da guerra, continua por definir a situação de muitos cidadãos que dela directa ou indirectamente foram vítimas.

FUNDAÇÃO SAIN PROMOVEU JORNADAS DE SENSIBILIZAÇÃO

Por iniciativa da Fundação Raquie Martin Sain, realizaram-se nos passados dias 16, 17 e 18 de Dezembro, no anfiteatro da Biblioteca Nacional e na Sede daquela Instituição, as jornadas de sensibilização aos problemas dos cegos adultos.

Estiveram representados vários organismos oficiais ligados à problemática do deficiente. A ADFA e outras associações de deficientes participaram nos trabalhos.

No dia 16 foi aberta ao público uma exposição de fotografias e trabalhos executados por cegos, nomeadamente artesanato.

Durante as jornadas foram debatidos vários temas apresentados por psicólogos, técnicos, especialistas e indivíduos cegos, tendo sido debatidos, entre outros, os seguintes temas:

«As causas da cegueira nos utentes da Fundação; Diabete e cegueira; Traumatologia Profilaxia da cegueira; Os efeitos psicológicos da cegueira».

A reabilitação foi um dos temas que mereceu grande discussão, assim como a «Formação e integração profissional» nos quais incidiram os debates do dia 18, tendo sido feita uma exposição sobre este tema por uma técnica do Centro de Reabilitação Vo-

cacional do Porto, que focou a metodologia de trabalho e as carências do referido centro. Também um grupo de ex-estagiários da Fundação fruto de um longo trabalho por eles realizado, e da qual reproduzimos alguns extractos:

«(...) Estamos numa sociedade de não deficientes, vivemos num país que «não pensou ainda em nós», temos empregos nos quais somos ainda considerados «deficientes». Quando acabará todo este caos? Quando poderemos nós sentir que somos inteiramente cidadãos do país onde nascemos? Quando deixará de haver o «deficiente» por um lado e o «não deficiente» por outro?»

«(...) O indivíduo não vidente, fisicamente, não tem o direito a participar na discussão daqueles assuntos que são os seus. (...) O estudante que no dia-a-dia necessita cada vez mais de ter livros que lhe possibilitem um seguir igualitário das matérias vê as estruturas terem cada vez menos respostas adequadas às suas necessidades.»

As conclusões a que se chegou foram apresentadas no encerramento dos trabalhos.

«Pretendíamos conseguir uma sensibilização da comunidade e dos serviços regio-

nais, nomeadamente os Centros Regionais da Segurança Social, Saúde e Emprego», afirmou-nos uma responsável pela organização, que acrescentou:

«Concluimos ter alcançado em parte esse objectivo, pois foi significativa a presença, sobretudo, da segurança social.»

Lançar o alerta para a falta de técnicos de reabilitação e a necessidade de criar carreiras, foi outra das conclusões das jornadas.

FESTA DE NATAL NA SEDE

ALEGRIA E CONFRATERNIZAÇÃO DE CENTENAS DE CRIANÇAS

A festa de Natal da sede da Associação em Lisboa, reuniu este ano centenas de crianças que, em ambiente de alegria, confraternizaram num espectáculo que as entusiasmou.

Foram mais de 500 crianças que estiveram presentes no cinema da Encarnação no dia 12 de Dezembro. Conjuntamente com os pais totalizaram um número de cerca de mil presenças, numa casa de espectáculo com cerca de 900 lugares e muitas crianças e adultos em pé.

O espectáculo em si, que teve início às 15 horas, contou com alguns pontos altos para os mais pequenos, dos quais destacamos a presença de José Barata Moura, com quem as crianças fizeram coro em algumas passagens das suas conhecidas canções.

A festa iniciou-se com a distribuição de lembranças a todas as crianças, um boneco para os mais pequenos (até 2 anos) e bombons e chocolates para os mais crescidos, além dos habituais balões.

O espectáculo em si, foi aberto por um conjunto de que faz parte um membro do Conselho Fiscal Cen-

tral da Associação (Patoleia), seguindo-se-lhe, depois das canções de José Barata Moura, a actuação de um ventríloquo, cujos números despertaram o riso dos presentes, e pois projecção de alguns filmes de desenhados animados com as «diabruras» da Pantera Cor-de-Rosa. Na parte final houve a actuação do rancho infantil D. Maria e, a termino do espectáculo, os incensáveis palhaços «Orlandito e o Seu Grupo».

Esta foi mais uma festa de Natal da Sede, mais um meio através do qual se expressou a ligação forte entre sócios e Associação, ligação feita, desta vez, a propósito das crianças filhas daqueles, para quem a ADFA tem também um significado grande.

A ADFA, que para os deficientes das Forças Armadas consubstancia o significado da esperança numa vida melhor, manifestou, nesta quadra de Natal propensa à valorização da paz, da fraternidade e da justiça, uma vez mais a sua atenção e carinho para com os mais pequenos (diríamos, a parte mais jovem dos próprios sócios), eles sim a garantia da esperança a realizar num futuro que se lhes deseja inteiramente seu.



Um aspecto da sessão de encerramento

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL DE 16 DE JANEIRO

OS SÓCIOS VÃO DELIBERAR SOBRE QUESTÕES ASSOCIATIVAS IMPORTANTES

Da ordem de trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária a realizar no próximo dia 16 de Janeiro (sábado) constam pontos fundamentais para a vida associativa. Espera-se que a presença dos sócios, em número correspondente à dimensão das questões a tratar, assim como se espera que a sua participação nos debates corresponda à importância dessas mesmas questões.

Quanto ao primeiro ponto, inscrição da ADFA na Federação Mundial de Ex-Combatentes, trata-se de uma questão que já foi abordada numa Assembleia Geral (7 de Fevereiro de 1981). Os estatutos da Federação foram publicados no «Elo» de Janeiro de 1981. Segundo os estatutos, a Federação tem como objectivos, entre outros, defender os interesses dos antigos combatentes e viti-

mas de guerra, bem como desenvolver as relações entre as suas organizações representativas e pugnar pela manutenção da paz.

A Associação tem vindo a ter contactos com a Direcção da Federação em Paris, encontrando-se já de posse dos elementos necessários à formulação do pedido de inscrição como membro, carecendo-se apenas da deliberação da Assembleia Geral Nacional.

Relativamente ao ponto 2, ratificação do empréstimo hipotecário para a compra das instalações da delegação de Setúbal, trata-se apenas de uma formalidade que tem que ser cumprida pela Assembleia Geral, a fim de a Caixa Geral de Depósitos poder facultar o empréstimo hipotecário.

O ponto 3, ratificação da deliberação da reunião do Secretariado Nacional de 1 de Novembro de 1981, é apresentado à Assembleia Geral Nacional, órgão máximo da Associação, a fim de que esta encerre definitivamente o período de anomalias associativas que se verificou ultimamente nas delegações de Viseu e Coimbra. Conforme noticiado no último número do «Elo», esta questão é submetida à Assembleia Geral devido às controvérsias levantadas por parte de alguns associados.

Quanto ao Ano Internacional do Deficiente, ponto 4, pretende-se que a Assembleia Geral Nacional faça um balanço das comemorações e defina a posição final da Associação.

Sobre a legislação, ponto 5, a Assembleia deverá definir a posição da Associação em face das negociações que se têm realizado com o Ministério da Defesa Nacional. Sobre este assunto a Direcção Central fará uma exposição sobre a situação, com o fornecimento de todos os elementos, a fim de que a Assembleia possa, no seguimento de deliberações anteriores traçar directivas necessárias.

Finalmente, quanto à alteração dos Estatutos, serão apreciadas as várias propostas, desde as apresentadas ao congresso realizado em Maio, a divulgada no último número do «Elo», até quaisquer outras que na altura possam ser apresentadas.

Em face destas questões a discutir, é importante que os sócios compareçam em grande número na Assembleia e participem activamente nas discussões. A perspectiva e contributo de cada um, somados, darão a posição final da Assembleia, que é, afinal, a posição da Associação que assenta e deverá assentar sempre na vontade dos associados.

Procurando esclarecer os sócios e mobilizá-los para a Assembleia, estão a decorrer diligências várias de que se destaca um conjunto de reuniões descentralizadas a levar a efeito na Zona Norte nas seguintes localidades: Porto, Vila Real, Viana do Castelo, Vila do Conde, Amarante, Chaves, Felgueiras, Braga e São João da Madeira. Estas reuniões realizam-se no dia 9 de Janeiro, sábado.

NO AID

A FIDELIDADE DA TELEVISÃO À TRADICIONAL VISÃO MARGINALIZANTE DO DEFICIENTE

No dia 9 de Dezembro, Dia Nacional do Deficiente, a televisão dedicou espaço aos deficientes. Foi o espaço prometido. O espaço de resposta às acusações dos deficientes pela sua desleixada atenção ao AID.

Havia, então, que estar atento à programação desse dia. Seria essa a oportunidade de fazer da televisão espaço aberto, para todos, especialmente para os deficientes: mesas redondas, programas directos, enfim, tempo de discussão, viva, actual, urgente.

Começou esse programa. E começou bem. Bem, porque muito centrado no âmago do assunto. Começou por levantar esta questão: Quem é deficiente?

Oportuna pergunta a milhões de telespectadores, captando-lhes a atenção para a resposta.

Iria a televisão, de facto, descer ao fundo da problemática do deficiente? Afinal a desatenção dada ao AID não teria sido mais que a criação do suspense para um programa sério e profundo no Dia Nacional do Deficiente?

Foram interessantes os dois ou três minutos em que se despertou o pensamento colectivo para a problemática do deficiente, para a relatividade do conceito de deficiente, mais concretamente. Afinal, foi dito, não serão todos os homens deficientes auditivos se comparados com a gazela que capta o mais leve ruído a grande distância? Não serão todos os homens deficientes visuais se comparados com a águia que descobre a sua presa a distâncias enormes?

Foi levantado o problema actual da padronização, da existência de um tipo de pessoas padrão, através dos quais os deficientes seriam aferidos se (acrescentamos nós) os preconceitos sociais de raiz cultural e religiosa os não tivessem separado já da normalidade.

Foi um bom tema. Mas para uma reflexão de dois minutos apenas, logo a seguir anulada pela retrospectiva de um adormecedor espectáculo de variedades especial para a ocasião.

O que significou essa pequena amostra de um bom programa? Revelar que a televisão sabe e é capaz de encarar com profundidade os problemas dos deficientes mas que não quer ou se está nas tintas para estes? Ou foi essa amostra a consciência (dela, televisão) do mau para realçar o bom (o espectáculo de variedades).

Espectáculo para os deficientes. Entrete-los é que é necessário. Mobilizar nos artistas de boa vontade para fazer rir e divertir. Nada melhor para esquecer.

Mas o grave é que, nesse dia, não só a televisão utilizou esse método. Só que os deficientes estão fartos de cantigas. A luta deles é outra.

Mas, já agora, voltando ao tema da relatividade e da padronização, a questão dos deficientes, tal como muitas outras, é realmente, nas suas implicações sociais e humanas um resultado da relativa medida dos valores culturalmente instituídos.

O indivíduo deficiente não o é (deficiente) em termos absolutos, mas sim relativamente. Isto é, não se tem capacidades reduzidas por si, mas porque a medida aferidora dessas capacidades é um determinado tipo de indivíduo considerado padrão (também com capacidades reduzidas mas menos reduzidas que as dos deficientes). Esta é a norma, em função da qual os outros são classificados.

Esta catalogação, feita em função da capacidade produtiva, que assenta na base da concorrência permanente entre indivíduos, determina marcas positivas e negativas que a cultura inferioriza e torna indiscutíveis. A partir daí a vida é feita por medida, adequando-se alguns a ela e sendo outros rejeitados.

Para este estado de coisas têm sido dados contri-

butos mais subterrâneos pela religião, por exemplo. O deficiente na perspectiva cristã, era o mártir que tinha, através do padecimento da sua mazela, a possibilidade de adquirir uma recompensa extraterrena. Negava-se, assim, por princípio, a possibilidade de realização social das pessoas deficientes. Os milagres de Jesus Cristo, quando restituía a vista aos cegos e as pernas aos paralisados, viam a marcar toda a cultura ocidental no que respeita aos deficientes. A recuperação de deficientes verificava-se no mesmo plano da ressurreição dos mortos, ou seja, de um estado de mal absoluto para um outro de bem total.

Na Bíblia, apesar das diversas leituras possíveis, não se consegue, assim, vislumbrar o mínimo indício da filosofia que os deficientes defendem actualmente (realização social plena a par dos restantes cidadãos). A própria nota do episcopado português sobre o AID, a que fizemos referência no último número do «Elo», representa mais uma atenção aos «sinais dos tempos» do que uma inspiração cristã.

Este mal absoluto de ser-se deficiente, na perspectiva bíblica, é, passados vinte séculos, ainda bem patente. Note-se, por exemplo, a «sensibilização» que a televisão tem feito ao longo do AID através da apresentação de pequenos slides, em que, com a tónica da prevenção, se deixa nitidamente antever que a única coisa a fazer será evitar mais deficientes (absoluto mal e sem remédio).

É esta mensagem do fundo dos tempos, embora sem alusão directa, que ainda hoje é dirigida ao consciente receptivo de cada um, levando a que o potencial aliado do deficiente, que é cada cidadão, seja o seu activo marginalizador nas mais elementares actividades diárias.

Este o quadro que, no dia especialmente dedicado ao deficiente, é completado com um espectáculo de variedades embalador daqueles que porventura estiverem mais dados às coisas de reflexão.

DELEGAÇÃO DO PORTO FEZ 7 ANOS

Foi no dia 7 de Dezembro de 1974, que um grupo de cerca de cem Deficientes das Forças Armadas se reuniu pela primeira vez, tendo nessa reunião sido lançadas as bases para a criação da Delegação do Porto.

A semelhança dos anos anteriores, esta data não podia deixar de ser lembrada por um grupo de sócios que sempre se tem interessado pelo desenrolar da vida associativa.

Estes sócios juntaram-se num jantar cuja finalidade foi conviver em ambiente de camaradagem.

A nível de Delegação, foi promovida, no dia 6, uma manifestação desportiva que constou de jogos de futebol de salão entre equipas da ADFA e do Grupo Desportivo do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão e de um encontro de

basquetebol em cadeira de rodas entre equipas da ADFA e do núcleo do Porto da Associação Portuguesa de Deficientes.

No final verificou-se um convívio entre todos os participantes, nas instalações da

Delegação do Porto, onde foram distribuídas medalhas comemorativas.

Realizou-se ainda um encontro com a imprensa no dia 7, tendo estado presentes alguns órgãos da comunicação social, tais como a RTP

O Primeiro de Janeiro. O Comércio do Porto. O Diário e o Jornal de notícias.

Este encontro serviu para dar a conhecer os principais problemas que enfrentam os sócios e os problemas locais da Delegação.

«EMBAIXADORES» DA ADFA DÃO «SHOW» DE BASQUETEBOL

Ao gentil convite feito pela Câmara Municipal de Tomar, no dia 5, de Dezembro, com o apoio da comissão distrital de Santarém para o A. I. D. responderam, como é hábito nestas manifestações desportivas, as equipas de basquetebol da A. D. F. A. e do «Grupo Desportivo Joanitas».

Após a chegada a Tomar, a maravilhosa e bela cidade dos «Tabuleiros», foi oferecido um almoço para todos os atletas e acompanhantes pelo restaurante do Parque Des-

portivo da Cidade que deste modo se associou ao A. I. D. colaborando da melhor maneira com o Município; seguiu-se, às 15 horas, o tão esperado jogo de basquetebol entre a ADFA e os Joanitas, cujo resultado final foi de 33-24 com 20-8 ao intervalo. Jogo disputado com um certo «calor desportivo» e uma boa exibição técnica permitiu dar uma boa imagem de «Querer é Poder» a todos quantos assistiram ao encontro. Depois do jogo teve

lugar um lanche para finalizar o «mini-convívio» desportivo na cidade de Tomar.

No dia 6, fazendo parte de um vasto programa de desporto nas comemorações do 7.º aniversário da delegação do Porto, a equipa da ADFA deslocou-se à «Cidade Invicta» para, nesse mesmo dia, realizar um encontro de basquetebol com a ADP-Porto, nas instalações da Escola Secundária Maria Lamas que terminou com o resultado de (Continua na 9.ª pag.)

COM A PRESENÇA DA A D F A

COMEMORAÇÕES DO AID NA PÓVOA DO VARZIM

Por iniciativa da Comissão Concelhia para o AID da Póvoa de Varzim, realizaram-se várias actividades culturais e desportivas nesta vila, nos dias 12 e 13 de Dezembro.

No dia 11, realizou-se um colóquio em que intervieram: o Dr. Rui Abrunhosa sobre a deficiência mental; o Dr. Rui Faria sobre a Paramiloidose; o Dr. Albino Ramos sobre a Prevenção e o Dr. Albino Aroso sobre o Planeamento Familiar. O Dr. Amadeu Menezes, Presidente da Comissão Concelhia do AID, coordenou os trabalhos que foram presididos pelo Presidente da Câmara, Sr. Manuel Vaz.

Após as intervenções, seguiu-se um período bastante animado de perguntas e respostas, tendo-se a discussão centrado na Paramiloidose, doença típica desta região, que se caracteriza por uma atrofia nervosa que começa nos pés (daqui ser vulgarmente conhecida por doença dos pézinhos) e avança para os membros, tornando-se o paciente gradualmente incapaz de locomoção, até que, passados cerca de 10 anos do início da doença, esta ataca o coração e sobrevém a morte. Esta doença tem ainda a particularidade de ser hereditária.

O facto dos doentes se tornarem incapazes para o trabalho e terem um tempo de vida muito curto, traz imensos problemas de ordem material e outros problemas de cariz psicológico, pelo que foi lançada a construção dum lar para receber os doentes mais afectados.

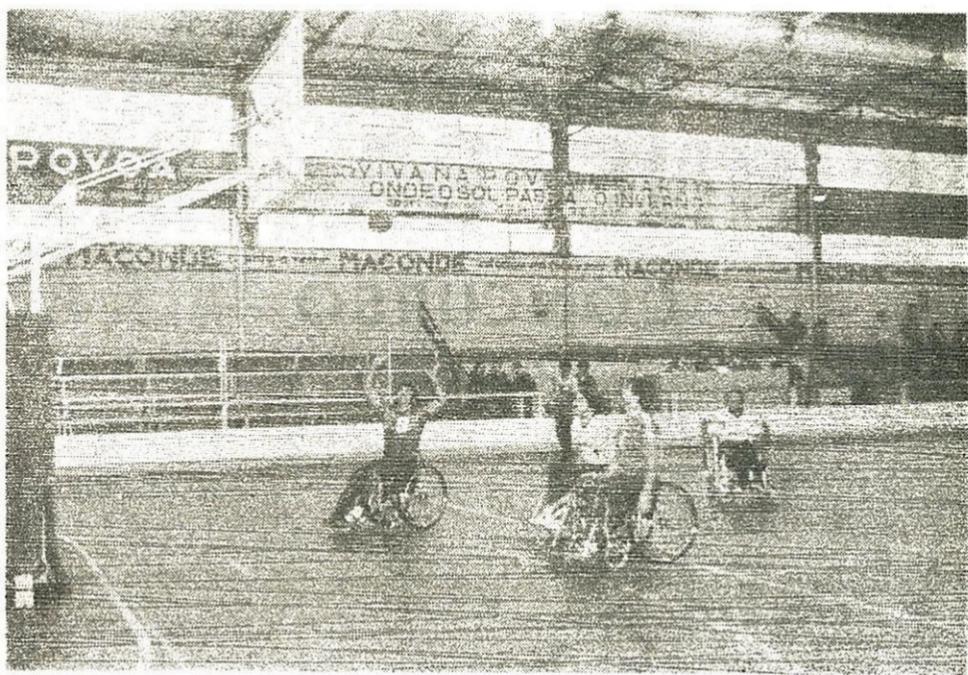
Sábado, dia 13, houve uma manhã desportiva em que se defrontaram duas equipas de cegos, em futebol de salão. Foram elas a ACNP e uma equipa de estudantes do Porto. Seguiu-se um jogo de basquetebol em cadeira de rodas, entre a ADP-Porto e a A D F A. Houve depois um almoço de confraternização entre todos os participantes.

De realçar as boas intenções declaradas pelo Sr. Manuel Vaz, nomeadamente no que se refere à solidariedade que a comunidade deve ter para com os deficientes.

Não podemos, no entanto, deixar de frisar que muito pouco se tem feito em prol do deficiente na Póvoa de Varzim, onde dois jovens estudantes que se deslocam em cadeiras de rodas têm de subir dois andares pelas escadas para poderem assistir às aulas. O problema mais geral das barreiras arquitectónicas não foi resolvido e o desporto para deficientes não existe.

Honra seja feita ao MAPADI (Movimento de Apoio de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual), que tem uma escola para 30 crianças e vai construir uma oficina de reabilitação profissional.

Para terminar, os nossos agradecimentos pelo acolhimento que nos foifeito neste Concelho.



Um aspecto do jogo de basquetebol

INCORPORÁVEIS PARA OS MAIS

DESFAVORECIDOS

AUMENTOS DOS MEDICAMENTOS CONSULTAS E INTERNAMENTOS

Portugal é o país da Europa com menor consumo privado por habitante. O consumo privado é de 1500 dólares/ano por habitante, na Grécia é de \$2500, na Espanha quase o dobro \$3000 e na RFA \$5500. (1) Por este quadro, pode-se fazer uma ideia do nosso «consumismo», considera-se que nós Portugueses, consumimos serviços médicos-sociais de mais. Como tal, torna-se necessário aumentar os medicamentos, as consultas, os internamentos hospitalares etc.. Estes aumentos destinam-se a cobrir o défice orçamental de 12 milhões de contos, que vão, desta forma, ser sacados direitinhos aos bolsos do consumidor-consumista que consome doenças a mais!

No nosso país, a mortalidade infantil é a mais elevada da Europa. 40 em mil crianças morrem, enquanto que na Suécia, por exemplo, esse número é de 8/1000. Em contrapartida, as despesas com a assistência e segurança social é de menos de 10 por cento, e tem vindo a descer em termos reais de ano para ano.

Em entrevista concedida a «O Tempo», o secretário de Estado da Segurança Social entende que existem «inválidos» a mais a receber pensão e que, por esse motivo, se torna necessário fazer um reexame médico, com o fim de retirar as pensões a uns milhares de deficientes. Resta informar que em um milhão de deficientes, apenas 400.000 recebem pensões e que a média dessas pensões é de 5000\$00 ou seja, menos de

metade do ordenado mínimo nacional.

Perante este quadro, num país onde existe a maior mortalidade infantil, a maior percentagem de acidentes de trabalho e na estrada de toda a Europa onde, em contrapartida, o rendimento per-capita é o mais baixo, teremos de concluir que o mais lógico seria aumentar as verbas para a assistência e segurança social e diminuir os gastos, já de si elevados, que o cidadão tem de efectuar.

Tomar tais medidas no Ano Internacional do Deficiente, é extremamente grave; elas são a negação do que é afirmado num slogan amplamente publicitado nos órgãos de comunicação: «Vamos todas construir um mundo melhor».

Todos sabemos que a assistência é uma das formas mais importantes de evitar a deficiência ou de atenuar, a caso de ela existir. Estas medidas vão tornar-se incompatíveis para as pessoas com menos recursos, a quem trarão problemas e sofrimentos de toda a ordem. Esta legislação vai retirar regalias que nem mesmo antes do 25 de Abril ninguém se atreveu a fazer. Tudo isto, estas medidas devem merecer o nosso mais enérgico repúdio.

Mais acertado que ir direitinho aos bolsos do povo sacar-lhe 12 milhões de contos, melhor seria que exigissem ao patronato que pagasse os quase 100 milhões de contos que devem à Previdência.

(1) Estes dados são retirados às estatísticas de 1978.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

LEI SOBRE A GARANTIA DO DIREITO DOS DEFICIENTES AO TRANSPORTE VAI SER APLICADA JÁ DURANTE O ANO DE 1982

No âmbito do debate do Orçamento Geral do Estado que recentemente teve lugar na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português apresentou uma proposta, que foi aprovada, sobre a aplicação da lei recentemente aprovada na generalidade pela mesma Assembleia da República já durante o ano de 1982. Foi entretanto, introduzida uma limitação a este princípio: só

será garantido o cumprimento da lei até ao montante máximo de 200 mil contos.

Ainda na mesma oportunidade, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista apresentou mais duas propostas relacionadas com os deficientes, mas que foram rejeitadas.

Uma dessas propostas previa a elevação da dedução para efeitos de imposto profissional, a que têm direito os deficientes cujo grau de invalidez seja igual ou superior a 60 por cento, até à importância correspondente a 30 por cento do rendimento líquido, a qual não poderia exceder 90.000\$00. O limite actual é de 60.000\$00.

A outra proposta, igualmente rejeitada, dizia respeito ao imposto complementar. Previa que o Governo apresentasse, no início do próximo ano, ouvidas as Associações de Deficientes, uma proposta de lei tendente a rever a forma de concessão da elevação da

dedução prevista no Código de Imposto Complementar, por forma a estabelecer o nexo directo entre os sucessivos graus de deficiência e as percentagens de dedução a atribuir automaticamente mediante mera comprovação de grau de deficiência.

Quanto à lei sobre a garantia do direito dos deficientes ao transporte, conforme referido no último número do «Elo», reveste-se de especial interesse e oportunidade para aqueles que actualmente vêm limitada a sua liberdade de deslocação pelo preço elevado da gasolina e dos transportes.

A garantia agora conseguida de que a lei será efectivamente aplicada já em 1982 significa que, de facto, muitos deficientes, especialmente grandes deficientes, verão em breve reduzidas algumas das suas grandes dificuldades na integração sócio-profissional.

DELEGAÇÃO DO PORTO

ADMISSÃO PARA O CENTRO OFICIAL DE MEIOS ORTOPÉDICOS DE UM CANDIDATO A TÉCNICO DE PRÓTESES

Está aberto concurso para o preenchimento de uma vaga no Centro Oficial de Meios Ortopédicos, devendo as candidaturas ser apresentadas até ao dia 25 de Janeiro.

CONDIÇÕES EXIGIDAS:

- Compatibilidade com o trabalho em pé e em movimento.
- Não deverá possuir deficiências do aparelho respiratório e dos membros superiores.
- Precisão de movimentos e capacidade de concentração.
- Noções de medidas lineares em polegadas e angulares.
- Pensão para o trabalho manual, sendo capaz de visualizar formas no espaço a 3 dimensões.
- Sensibilidade à problemática dos deficientes.
- 7.º ano liceal (ciências) ou equivalente.

NOTA: Podem candidatar-se a este lugar, além de sócios da A D F A, filhos destes ou deficientes civis.

ATRAVÉS DO REQUERIMENTO

DEFICIENTES DO SERVIÇO TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA ACUMULAM PENSÃO COM VENCIMENTO NA TOTALIDADE

Ultimamente têm vindo diferidos pelo Conselho de Ministros, conforme a autorização prevista nos n.º 1 do Art.º 78º e Art.º 79.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, requerimentos elaborados por Deficientes das Forças Armadas qualificados em serviço que desempenham cargos na Função Pública, possibilitando-lhes assim acumular a totalidade da Pensão de Invalidez com a totalidade da remuneração pelos cargos que exercem.

Durante muitos anos e até há bem pouco tempo, os requerimentos elaborados mereciam um despacho extraído da análise literal da Lei, o que injustamente estabelecia a acumulação da Pensão de Invalidez com 1/3 da remuneração que competia a essas funções, prejudicando, deste modo, todos aqueles que na Função Pública, para além da deficiência adquirida durante a obrigatoriedade da prestação do serviço militar, correspondiam com o seu labor e saber às exigências que o trabalho impunha.

Assim e dado que felizmente têm vindo a ser deferidos os requerimentos de acumulação da Pensão de Invalidez com a totalidade da remuneração correspondente ao cargo que desempenham, avisam-se os sócios Deficientes das Forças Armadas qualificados em serviço, que poderão, caso o entendam, deslocar-se às Delegações da área a que pertencem, no sentido de serem elucidados sobre esta matéria,

PARTIDO SOCIALISTA E MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS VISITARAM A DELEGAÇÃO DO PORTO

Representações distritais do Partido Socialista e Movimento Democrático Português (MDP/CDE) efectuaram nos dias 24-11-81 e 10-12-81, respectivamente, visitas às instalações da Delegação do Porto, correspondendo desse modo, ao convite que para o efeito lhes havia sido endereçado. Ambos os partidos mos-

traram-se interessados nas actividades que a Delegação desenvolve, designadamente no campo das próteses e ortóteses.

No final das visitas, comprometeram-se as delegações partidárias, a levarem alguns dos problemas que a Delegação enfrenta, junto da Autarquia Municipal.

UMA LETRA PARA O HINO DA ADFA

— CONCURSO —

Desde a formação da ADFA que pensamos em ter um hino.

Devido à oferta de uma música da autoria do senhor Ricardo Vieira surgiu agora essa possibilidade que deverá ser completada com uma letra que transmita o sentir dos deficientes, a sua vontade de reintegrar-se na sociedade, a sua força. Está aberto concurso para todos os sócios e amigos da ADFA.

Regulamento:

1 — Os poemas terão de dar entrada na sede da ADFA — Largo de S. Domingos, Palácio da Independência — 1194 Lisboa Codex, até às 18 horas do dia 15 de Fevereiro.

2 — Os trabalhos terão de ser inéditos e dactilografados.

3 — O poema terá de sujeitar-se à seguinte métrica:

Número de sílabas:

1.º	4
	4
	9
	4
	4
	9
2.º	9
	9
	4
	4
	9
Refrão	4
	4
Bis	7
	4
	4
	7
Final	9

4 — A melodia é publicada em anexo.

5 — Aos concorrentes será facultada a gravação da partitura em cada delegação da ADFA e também no Dep. Educação e Cultura da sede.

6 — Os poemas apresentados serão apreciados por um júri constituído expressamente para esse fim.

7 — Os trabalhos apresentados ficarão propriedade da ADFA e poderão ser publicados no jornal «Elo».

Para mais informações poderão dirigir-se ao Departamento de Educação e Cultura da Sede.

É BOM SABER QUE...

FABRICAÇÃO DE MEIAS

Até 1589, as meias eram feitas exclusivamente à mão e quase sempre de lã.

Mas nesse ano apareceu a primeira máquina de tecer meias. Foi uma revolução.

Contudo, ainda em princípios deste século XX, se ensinava às meninas, nos colégios, a fazer meia. As fábricas de meias fabricam-nas em tal quantidade e em tais condições que o tecer meias à mão representaria pura perda de tempo e inheiro.

Para actividades culturais e para aquisição

de viatura própria dos Deficientes

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN ATRIBUI SUBSÍDIO À ADFA NO VALOR DE 500 CONTOS

A Fundação Calouste Gulbenkian acaba de atribuir um subsídio de 250 contos à ADFA destinado a ser aplicado no sector cultural da Associação.

Ao mesmo tempo, a ADFA recebeu também da Gulbenkian uma outra verba de 250 contos, destinada a subsidiar a compra de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e participação na compra de viatura própria de deficientes das Forças Armadas.

Esta última verba vem no seguimento de outras que a Gulbenkian tem enviado regularmente à ADFA para o mesmo efeito. Assim, a Fundação Gulbenkian confia directamente à Associação a atribuição deste subsídio aos deficientes das Forças Armadas, de acordo com uma norma elaborada pela ADFA e enviada àquela instituição.

A distribuição deste subsídio pelos associados, que ao mesmo se candidatem, será feita em princípios de Março próximo. Os sócios interessados devem candidatar-se durante o próximo mês de Fevereiro, podendo fazê-lo directamente na sede da Associação ou na delegação a que pertençam.

Mais uma vez se informa que os presentes subsídios se destinam somente aos deficientes motores graves, partindo-se da base de desvalorização igual ou superior a 60%.

No caso de aquisição de cadeiras de rodas e triciclos motorizados, o subsídio só será atribuído nos casos em que o associado não tenha direito aos mesmos através dos vários esquemas de previdência e a título gratuito.

CENTENAS DE CRIANÇAS NA FESTA DE NATAL NA DELEGAÇÃO DO PORTO

Realizou-se no passado dia 5 de Dezembro, na Cine-Teatro Julio Dinis, com a presença de cerca de oitocenas de crianças, a Festa de Natal das Delegações do Porto e Famíliação, tendo-se integrado na mesma um grupo de crianças do Centro de Paralisia Cerebral do Porto.

A Festa constou de um espectáculo dividido em duas partes, sendo a primeira integralmente preenchida por um grupo da Associação Recreativa «Os Restaurados de Brás Oleiro» composto na sua maior parte por crianças, que interpretou variado número de danças e cantares.

A segunda parte contou com as presenças de Florência, uma artista já conhecida da rádio e televisão, Jorge Pina, sócio da ADFA, e uma parolha de palhaços que fez delirar as crianças presentes.

Serviu esta Festa para para reunir em ambiente de amizade e camaradagem muitos dos sócios das Delegações do Porto e Famíliação esperando-se que no próximo ano Festas deste género se possam realizar noutros locais do Norte do País, para que a participação dos sócios possa ser alargada.

APELO AOS SÓCIOS DA DELEGAÇÃO DO PORTO

Pretende a Delegação do Porto construir uma Cantina, capaz de fornecer refeições aos sócios, em melhores condições do que as existentes.

Apela-se aos sócios que colaborem nesta iniciativa, contribuindo com o seu trabalho e oferta de materiais.

A propósito informamos que vai ser adquirida a carrinha para a Delegação, tendo sido possível, graças à participação de muitos sócios da Delegação.

ELEIÇÕES NA DELEGAÇÃO DE VISEU

Dando cumprimento a uma decisão do Secretariado Nacional na sua reunião de 1-11-81, realizou-se no dia 12-12-81, na Delegação de Viseu, a eleição para a Direcção da Delegação.

A Lista única candidata obteve 112 votos a favor, verificando-se 10 votos contra e 2 abstenções.

O acto de posse daquela Direcção, verificou-se no passado dia 23-12-81, nas instalações da Delegação de Coimbra, sendo o seu empossamento efectuado pela MAGN em funções de Mesa da Assembleia Geral da Zona de Lisboa.

A P D TEM NOVOS ORGÃOS SOCIAIS

A Associação Portuguesa de Deficientes (APD) tem novos órgãos sociais, eleitos no passado dia 19 de Dezembro.

Entre duas listas concorrentes, foi eleita a lista A, afecta à Direcção cessante.

A Direcção Central da ADFA enviou à nova Direcção da APD um ofício a felicitá-la pela eleição, aproveitando ainda para formular votos no sentido de que seja possível o estabelecimento das melhores relações entre as duas Associações, no interesse geral de todos os deficientes.

FORÇA, DEFICIENTE!

HINO-CANÇÃO

RICARDO VIEIRA

OBOE DO

A PALAVRA AO LEITOR

TEMOS UM ANO — QUEREMOS UMA VIDA

Por: **ARNALDO AMARAL**

CAPÍTULO I

Era o findar de mais um dia! Um dia que, inesperadamente, fugira da sua rotina habitual, e criara um impacto violentíssimo na consciência e na moral de todos os que faziam parte integrante deste nosso País, transformando-se num eco e ultrapassando as nossas barreiras geométricas. Agora, colocados naquela sala vazia, olhava os meus companheiros, e cada vez me parecia mais um sonho o que acabáramos de realizar. As suas figuras anatómicas faziam lembrar-me Pirandello. Eram jovens, de membros inertes, ou inexistentes, manipulando cadeiras, e outros, em que a tecnologia ocupava o local que a formação humana lhes dera, ao colocá-los no mundo. Outros, apoiados sobre suportes, arrastavam no seu caminhar pernas flácias, e raquíticas, as quais foram outrora viris e musculosas. Tinha sido com este grupo de companheiros que acabáramos de mostrar ao Mundo que a força da razão sempre pode superar a razão da força. No meu arquivo memorial, aquele dia, tudo o que ele representara, não mais deixaria de ocupar um lugar preponderante, fosse curto ou longo o marco do findar da minha existência. Retrocedi então no tempo, revi o início que é o apanágio de tudo, e recordei.

CAPÍTULO II

Estávamos como habitualmente, dialogando, quando um dos nossos companheiros, mais impulsivo, expôs os seus pontos de vista, com uma realidade e objectividade que a todos nós obrigou a ficar mudos e quedos, como que bebendo as suas palavras. Palavras que, felizmente, o vento não dispersou e nos inculcu o dever, o desejo, uma esperança, como que uma trilogia, a dizer-nos que só nós poderíamos vir a concretizar o que as palavras pomposas não conseguiam, porque eram um autêntico simulacro, um autêntico pró-forma burocrática. Este diálogo foi o ponto de partida, para os que se seguiram, cada vez com mais entusiasmo, debatendo os prós e os contras, para que o elo que nos unia ultrapassasse os limites de um sonho, para a realidade. Uma certeza se foi, gradualmente, colocando ao nosso lado — os contactos havidos ultrapassaram bruscamente a mais ampla das previsões que nos acompanharam à partida, colocando-nos, por fim, perante a realização consumada da nossa

última decisão. Recusáramos, e tudo não tinha passado de uma utopia? Ou o passo final seria SIM?

Pois naquele dia, àquela hora, dos mais diferentes pontos do País, encetaram a sua caminhada para o ponto estipulado. Os contactos primordiais movimentaram-se e o que nos tinha feito pensar ser uma utopia deu lugar ao verídico. Os órgãos de Informação foram gradualmente ficando sobre o nosso poder, todas as redacções de Imprensa foram invadidas, perante olhares estupefactos dos que nelas se encontravam. Ainda hoje, a colaboração total que nos foi prestada (passado o facto surpreendente a que estavam a assistir) foi a prova cabal da nossa justa causa, e de que a palavra HUMANIDADE não era só propriedade dos dicionários. Aquele grandioso edifício onde se resolvem os destinos do nosso País foi, também, rapidamente circundado, com apenas um simples diálogo com o elemento de maior patente. E mais uma vez a força da razão se sobrepôs à razão da força. As armas, que no seu interior existiam, e que para nós não eram desconhecidas, não puderam entoar o seu canto de morte contra companheiros com as fardas de campanha cingidas ao corpo, excepto o que o homem tinha inventado para a destruição de outras vidas. Nesse momento, 24 horas desse dia, todas as redes radiofónicas lançaram para todo o País os primeiros dados do que nele estava a ocorrer.

CAPÍTULO III

Portugueses! Neste momento, está concretizada no nosso País uma revolução de PAZ e HUMANIDADE. Não de violência, não de derrube de qualquer ideologia. Por isso te pedimos: Vem até nós! Vem ver-nos, tal como somos na realidade, e saber como vivemos. Porque chegou a hora de dizer basta! Não queremos estar mais tempo encobertos. As perguntas, que neste momento fervilham no ar, serão elucidadas por nossos companheiros, através desse fantástico rectângulo mágico que todos os dias entra em nossas casas. Até nesse ponto os nossos objectivos foram inteiramente atingidos e a gravação, previamente elaborada, foi surgindo conforme o previsto. Ainda neste momento, ao lembrar aqueles estúdios, aquelas câmaras apontadas para nós, o sinal de que estávamos no ar (como na grávia se diz), senti um misto de receio e alegria indescrevíveis, criando um vácuo de imagens mudas, que tentei disfarçar compondo os papéis colocados na minha frente. A missão de que me ti-

nam incumbido tinha que a cumprir, e estas foram as minhas palavras.

CAPÍTULO IV

Portugueses, seja qual for o vosso quadrante ou ideologia, este comunicado, que vos vou passar a ler, é a todos vós dirigido porque, acima de tudo, teremos sempre em comum as raízes brotadas do solo deste nosso País. Também tivemos a finalidade de que o referido tivesse a única obsessão de ser objectivo e realista, colocando à margem palavras pomposas e abstractas. Seguindo este contexto, dirigimo-nos àqueles que nas secretarias ou nas matas virgens da nossa (EIS) províncias do Ultramar nos comandaram. Vós, que vos servis do privilégio de constantemente utilizardes os mais variados órgãos Informativos. Vós, que tereis, agora sim, o dever humano, e moral, de reocupar o vosso posto, de acabar com a temática já lida e relida do AMOR PÁTRIO, do VALOROSO SOLDADO PORTUGUÊS, do ORGULHO E GLÓRIA DOS QUE POR ELA MORRERAM. Essa temática, embora respeitável, é por todos nós largamente conhecida. Sabemos quanto valerosos foram os nossos soldados. Sabemos que o Amor Pátrio fará sempre parte integrante das nossas vidas. Sabemos também perfilar-nos, em memória dos nossos companheiros, e pelos nossos rostos deslisam lágrimas de saudade e profunda mágoa, ao recordar os que para sempre ficaram longe deste pedaço que os viu nascer. E não necessitamos que os que ocupam os postos hierárquicos nos relembrem. Mas queremos, e exigimos, que ao nosso lado, iniciemos outra guerra. E essa será sem armas, como a batalha que acabámos de realizar. Será a guerra da verdade, do realismo, do cair da roupa esmolante que nos encobre, e pôr a nu a deficiência de um quase total abandono daqueles que vós chamais VALOROSOS SOLDADOS PORTUGUESES.

Vós, que em bendita hora concebestes a revolução dos cravos! Vós, que nos governais! Também sabeis a surpreendente revelação do assombroso número estimativo de deficientes dessa guerra fatídica. Vós também sabeis quanto foram marginalizados os nossos companheiros de 14/18. Por tudo isto, encetámos esta caminhada e perante vós gritamos em unísono: NÃO!

A justiça que nos é devida não engloba marginalização, mas, sim, a reentrada humana nesta sociedade que é nossa. Queremos inserir-nos nela e participar na sua labuta diária e nos seus momentos de ócio. Queremos ser parte activa e enfrentar os vossos problemas, as vossas alegrias, e não sermos seres esmolantes.

Se a razão da nossa justiça for compreendida e assimilada por todos, então sim! Poderemos dizer, BENDITA PÁTRIA QUE TAIS FILHOS TENS!

VITÓRIA SOBRE A ADVERSIDADE «CRÔNICAS DE UMA MULHER»

Por **NUNES CORDEIRO (*)**

Senti um arrepio, quando apertei a mão artificial do homem que me apresentaram.

Ele notou a minha reacção, mas não o deu a entender.

Instintivamente, olhei para a extremidade do braço esquerdo e vi que saía do punho dacamiseta outra mão igual à que tivera em contacto com a minha. Foi à hora do almoço.

Eu estava sentado a uma mesa, na companhia de dois cegos: um, negro, alto e forte, com dois olhos artificiais colocados nas concavidades onde, dez anos antes, brilharam duas pérolas que enchiam a sua alma jovem de paisagens da Guiné; outro, igualmente alto e robusto, rosto empalidecido, salpicado de barba e bigode alourados, com olhos que eram os seus mas que haviam perdido a vista.

As mãos desse negro, que fôra menino lindo, como ele próprio diria, quando, na sua aldeia, era sorriso dos pais e encanto das meninas, tinham sido devorados por uma granada traçoieira. Hoje, no seu lugar, o vazio. Os antebraços terminavam em dois cotos, lisos e arredondados.

A mão esquerda e, creio, se é que observei bem, um dedo da direita do outro cego, ficaram em Moçambique, também devido à explosão de uma granada.

Aquel corpo ágil, preparado para o desporto de competição, não pode movimentar-se com a segurança com que o fazia dez anos antes. A alegria de correr e saltar, de pegar na bola, elevar-se, lançá-la para o cesto e ouvir os aplausos e incitamentos dos adeptos do seu clube não pode mais ser sentida.

À minha volta, nas mesas do refeitório da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, havia outros homens. Uns sentados em cadeiras de rodas, outros, de pé, com mazelas bem visíveis e outros ainda com próteses, bem ou mal disfarçadas.

Em cada um, a certeza de que viveu uma tragédia.

Mas não me apercebi da existência de conformismo passivo.

A vida que já vivemos, está vivida. Não se repete. Não é possível voltar atrás e seguir por caminho diferente daquele onde a granada explodiu. É impossível retroceder mais ainda e fugir na hora de vestir a farda.

Os deficientes têm consciência da sua situação.

O que está cego, sabe que tem de fazer a sua vida sem os olhos com que nasceu. O que não tem as pernas ou os braços não ignora que terá de condicionar a sua existência aos condicionamentos que a diminuição física lhe impôs.

Um dia, ao fim duma tarde de verão, um jovem que perdera os olhos em consequência de um acidente com uma viatura militar, dizia-me que «ao princípio, pensava muito naquilo que fazia antes de estar cego». E recordava a «cor das folhas das árvores, as tonalidades das paredes e dos telhados do meu bairro, o colorido dos vestidos da minha irmã...»

Nessa conversa, que agora recordei nem sei bem porquê, esse jovem, o Luís, chegou a dizer-me que, muitas vezes, sentiu raiva e o desejo de pôr termo à vida.

«...Depois, passei a ter consciência de que não ganhava nada em estar a

viver fora da realidade. A minha vida, agora, é esta. E eu quero continuar a viver...»

A mãe desse moço estava junto de nós. Os três sentados numa pequena elevação de areia, a poucos metros do mar. Um mar calmo, na altura; quase um lago sem fim. Uma ligeira brisa beijava o rosto do Luís, que meus olhos fixavam atentamente.

«O meu filho tem razão. Também eu chorei muito, quando o vi no estado em que ficou, depois do acidente. Depois, a pouco e pouco, convenci-me de que não é com lágrimas que os problemas se resolvem. Não é de choros nem de lamentações que ele precisa. Ele e os outros que a guerra tornou inválidos...»

— Inválidos, não, minha mãe...

«Desculpa, filho. Inválidos, não. Tens razões.»

Aquela mãe, de estatura meã, ainda muito jovem, virou-se para mim, com um sorriso:

«Por vezes, ainda falo como nos primeiros tempos...»

Agarrou numa das mãos do filho e ficou com ela entre as suas.

«O sol está quase, quase, a chegar à linha do horizonte. Há uma estrada de luz sobre o mar...»

— Eu sei, mãe. Uma estrada sem fim, que parece acabar nessa grande bola que nos aquece...

O Luís é, hoje, casado e tem filhos. Trabalha e vive com a certeza de que é útil.

Enquanto, no refeitório, ouvia o Arruda e o Jôjô, os dois cegos que riam e falavam, despreocupadamente, de desporto e das mulheres das suas terras, a imagem do Luís esteve sempre presente. Era como que um terceiro cego a acompanhar-nos naquele almoço. Ele, casado e não sei se, presentemente, com dois ou mais filhos, o Arruda, também casado e com duas crianças, o Jôjô, em preparativos para casar. Todos eles com um profundo amor à vida e aos homens e com o desejo comum de se valorizarem, para poderem encarar o futuro com confiança.

Luís, Arruda e Jôjô, presença viva da guerra mas, ao mesmo tempo, imagem da vitória sobre a adversidade.

«Queimaram-se bruxas há trezentos anos. Há 123 anos queimaram-se operários numa fábrica. Hoje continuamos sujeitas ao derrotismo...»

Para a libertação da mulher, esta tem de enfrentar 2 obstáculos marcantes e difíceis de transpor:

— O seu mundo interior, ainda cheio de velhas concepções de vida de tendências amarradas a velhos tabus, fruto de uma educação tradicional e preconceituosa.

Deste modo toda a sua busca e ansia de liberdade são prisioneiras do próprio psíquico.

— O mundo exterior, que a rodeia «A Sociedade» feita por homens e para os homens, os quais defendem através da força e do poder o seu lugar cimeiro, do qual não querem abdicar em favor de uma igualdade.

Esta sociedade de homens cria diversos mecanismos e situações de defesa para impedir a afirmação da mulher, como pessoa responsável, inteligente. Isto é, a afirmação da sua personalidade.

A imagem da mulher dada pela publicidade é um exemplo, claro e real, destes mecanismos, transmitidos através dos «Mass-médias». Isto é, os meios de comunicação Social.

Esta publicidade apresenta duas imagens de mulher:

— A mulher como fada do mundo caseiro, boa mãe, esposa fiel voltada para os trabalhos caseiros que deverão constituir o seu único horizonte a curto e a longo prazo.

— A mulher como objecto de desejo e sedução dos homens, onde é explorado o seu corpo para venda de um produto e nada mais.

Em resumo, podemos afirmar que em qualquer destas imagens é retirada à mulher toda a dignidade como pessoa humana.

A igualdade está ausente em todo o tipo de publicidade.

Marla José Bruno
(Professora da A.D.F.A.)

BASQUETEBOL

(Continuação da 6.ª pág.)

38-14, sendo 20-8 ao fim do 1.º tempo. Antes do jogo, teve ainda lugar uma pequena demonstração de voleibol pelas mesmas equipas, mas de fraco recorte técnico e físico, visto que esta modalidade ainda não está «bem enraizada» no panorama de desporto para Deficientes em Portugal.

Na noite do dia 7 a nossa equipa foi, como não podia deixar de ser, a convidada de honra do jantar comemorativo da delegação do Porto que, como é hábito, nos recebeu da melhor maneira, dando continuidade ao bom acolhimento que é natural nas gentes nortenhas.

Na terça-feira teve lugar, no pavilhão de treinos das Antas, gentilmente cedido pelo F. C. Porto, um espectacular jogo

de basquetebol entre a ADFA e a APD-Porto, incluído no 1.º Encontro Distrital do Norte, em que a equipa da ADFA realizou uma das suas melhores exhibições, batendo a ADP por 62-14 com 26-6 ao intervalo. A agradável forma de jogo e o bom nível técnico e físico revelado por ambas as equipas cativaram a numerosa assistência, que ficou com a melhor das impressões, visto que muitos deles nunca tinham assistido a uma partida desta natureza.

Resta-nos, pois, deixar um grande louvor à delegação do Porto, à equipa da ADP-Porto, e a todos aqueles que dão o seu esforço e sacrifício para que o desporto de Deficientes progrida e encontre o bom caminho.

ARTUR VILARES

BOAS-FESTAS

Saudosos amigos e camaradas, venho muito respeitosamente desejar a todos os que trabalham na ADFA os votos sinceros que passem um Natal Feliz e um Próspero Ano Novo; e ainda que este chegue a todos os sócios através do «ELO».

Virgílio Freitas Pacheco
sócio n.º 1281

CARTA DOS ANOS 80

Por falta de espaço, não nos é possível publicar neste número a continuação da Carta dos Anos 80. Procederemos à sua publicação no próximo número.

Também por falta de espaço, não foi possível publicar neste número os 2.ºs prémios (prosa e narrativa) dos jogos florais. No próximo número publicaremos estes dois textos, conjuntamente com a biografia dos autores (os mesmos dos 1.ºs prémios).

(*) Jornalista de «A Capital».

PÁGINA CULTURAL

RAMALHO ORTIÇÃO — O HOMEM E A OBRA



I — Informação bibliográfica

1836 — José Duarte Ramalho Ortigão nasce no Porto no dia 24 de Novembro. Depois de ter frequentado Direito na Universidade de Coimbra, onde conviveu com alguns dos principais representantes da Geração de 70, regressou ao Porto e tornou-se crítico literário e folhetinista do *Jornal do Porto*.

Antes de se dedicar ao jornalismo, ramo de actividade que não mais abandonou e onde conquistou merecida nomeada, exerceu funções docentes na escola que o pai dirigia — O Colégio da Lapa.

Foi contemporâneo de algumas personalidades literárias que dominavam nesse período em que se iniciou a sua carreira jornalística o mundo das letras portuguesas: Camilo, Soares de Passos, Arnaldo

Gama e outros epígonos do Romantismo.

1865 — Nesta data surge a Questão Colmbrã. A formação cultural de Ramalho Ortigão ficava, por essa altura, ao nível do primeiro Romantismo português o que o levou a reagir contra os jovens escritores que tinham perfilhado o ponto de vista de Antero contra o magistério literário de Castilho.

1871 — Escreveu, de colaboração com Eça de Queirós, um intrigante folhetim policial, «O Mistério da Estrada de Sintra», cuja publicação veio a lume no *Diário de Notícias*. Assim, foi pela mão de Eça de Queirós que se relacionou com a nova geração literária que introduziu o Realismo em Portugal.

Em 1870 iniciou com o mesmo Eça de Queirós uma publicação periódica, «As Farpas», jornal de acerada crítica

ca aos costumes, às letras e à política da época. A colaboração de Ramalho nesta primeira fase de «As Farpas» revelou-se muito útil e resultou bastante fecunda graças à sua experiência e notáveis qualidades de folhetinista.

Após a morte do seu companheiro e amigo Eça de Queirós, as «Farpas» perderam o seu mentor, faltando a Ramalho um ideário definido e fundamentado. A partida de Eça levou Ramalho a cair sobre a influência de Teófilo Braga, que o fez transitar do proudhonismo para o positivismo de Auguste Comte.

As «Farpas» reflectem esta mudança operada no ideário de Ramalho e tornam-se mais descritivas, enchem-se de pitoresco regional e, ao mesmo tempo, ganham um tom didáctico. Nota-se ainda a multiplicação de lições de pedagogia, de higiene e de conduta social, sempre dentro do critério positivista, ao gosto de um jeito professoral que Ramalho adquirira na época em que leccionava no colégio do pai, no Porto.

1880 — Ramalho colabora com Teófilo na organização do Centenário de Camões, devendo-se-lhe em grande parte o esplendor do cortejo cívico que enfileirou o conjunto das manifestações nacionais que rodearam tal efeméride.

Nesse trabalho em que participou activamente revelou o pendor do seu espírito de artista, deliciado com o colorido das feiras, dos arraiais, do traje regional, dos lugares pitorescos e das paisagens novas.

1908-1910 — O regicídio e a proclamação da República despertaram em Ramalho os ideais conservadores adormecidos. Nessa época enfileirou com a nova geração «nacionalista» e «neo-garretista», de 1890, precursora do «integralismo lusitano».

1915 — Ramalho parte pa-

ra Sevilha com o seu filho Vasco que estava de passagem em Lisboa. Apesar dos seus 79 anos feitos, R. Ortigão era o mesmo homem robusto de sempre. No entanto, nas vésperas da partida, apareceu-lhe um pequeno tumor que degenerou num mal incurável que o vitimou em pouco tempo.

II — O homem, a vida e a arte

Ramalho Ortigão, «a ramalhal figura», tinha uma complexão forte e vigorosa. De temperamento optimista e saudável, não se compadecia com as «pieguices» nacionais. Homem frontal, enfrentou as covardias políticas, os sentimentalismos de educação, as mentiras convencionais de um meio social cedido e hipócrita. Por isso se bateu galhardamente contra tudo que lhe parecia indigno, injusto e antipatriótico, razão porque pode considerar-se um dos raros moralistas da nossa história literária.

A craveira intelectual e a capacidade de largo observador, aliadas a um espírito de pesquisa e de conhecimento minucioso das realidades nacionais e estrangeiras (lembramo-nos do viajante que calcorreou muitas paragens e do «repórter» que se interessou pela arte popular, pela evocação dos lugares de infância e pela solidez exemplar dos costumes antigos), estão espelhados na vasta obra que nos legou.

Arauto convicto do ressurgimento nacional, Ramalho pugnou sempre pelo triunfo da verdade e pelo culto sincero das coisas nobres da vida.

A obra de Ramalho constitui, além de uma reportagem jornalística do Portugal da sua época, uma verdadeira crítica da sociedade do seu tempo. O seu poder descritivo é incontestavelmente poderoso

so e faz lembrar certos pintores do grupo «Silva Porto», sobretudo Malhoa, que como ele fizeram brilhar o colorido dos grupos ao ar livre.

Convém salientar, de entre a vasta produção literária que nos deixou, algumas obras significativas da sua personalidade e dos ideais que defendeu.

«O Mistério da Estrada de Sintra» (1871)

«As Farpas» (15 volumes de crítica radical das instituições vigentes em Portugal na segunda metade do séc. XIX que constituem um pormenor satírico da sociedade, da vida política, da religião, da opinião pública, do jornalismo e da literatura).

«A Holanda» (1883)

«John Bull» (1887)

«As Praias de Portugal»

«Figuras Literárias»

«O Culto da Arte em Portugal»

Além destas obras, Rama-

lho escreveu muitas outras que testemunham as qualidades excepcionais do escritor e do artista e afirmam uma verdadeira «lição de vigor físico e de saúde literário».

É justo salientar o retrato que Augusto de Castro esboçou para definir o temperamento multifacetado de Ramalho e do qual respigamos a seguinte passagem:

«Há na vida e na obra de Ramalho qualquer coisa de caseiro que resume a sua fidelidade ao lar e à terra. Esse grande caminhar não tinha o génio irrequieto e errante, nem o espírito de aventura. Viaja, corre o mundo — mas com ele vão sempre as raízes que o prendem ao solo natal e ao seu doce e resistente amor. O ninho, pendurado sobre um pequeno canto de Lisboa donde se avista o Tejo e o Céu, está sempre lá, familiar e tranquilo, à sua espera. Tem a alma das viagens, mas sobretudo, tem a alma do regresso.»

ADFA EDITA CALENDÁRIO PARA 1982

A ADFA editou um calendário para 1982, o qual foi já distribuído por diversas entidades civis e militares, Associações de deficientes, Sindicatos, etc.

O desenho, alusivo à temática das barreiras arquitectónicas e ao AID, foi feito por um associado da ADFA.

Pretende-se também, com a distribuição do referido calendário, sensibilizar a população para a problemática do deficiente.

Todos os sócios interessados, que ainda não sejam possuidores do calendário da sua Associação, poderão adquiri-lo na Sede ou junto da sua Delegação.

A LENDA DAS SETE CIDADES S. MIGUEL — AÇORES

Diz uma lenda muito antiga, que existia um reino, o qual fazia parte de um enorme continente denominado «Atlântica». Devido à malvadez dos homens, foi da vontade de Deus que fossem submergidos tão grandes domínios. E, porque o mar não tinha água suficiente para os cobrir inteiramente, à flor da água ficaram os pináculos das mais altas montanhas, que hoje se chamam os Açores.

Havia nessas terras, de grandes riquezas, um rei que tinha uma filha dotada de rara beleza com os olhos muito azuis e cabelos cor de ouro.

A sua alma era pura, e tanto para os pobres, os ricos, aristocratas ou plebeus, havia sempre um sorriso.

Seu pai pelo contrário era ríspido, autoritário e orgulhoso. Orgulhoso, pois possuía um reino, formado por sete cidades.

Eram sete verdadeiras maravilhas aquelas sete cidades. Contudo, corria pela corte um murmúrio que dizia que as sete cidades não eram dele, pois alguém depois da sua

morte tomaria conta do reino maravilhoso.

Entre as várias amas que a princesa tinha, havia uma, já velhinha que contava histórias em que a riqueza nenhum valor tinha e apenas a bondade era riqueza.

Um dia a princesa ávida de conhecer a liberdade, saiu do palácio.

Só, foi andando. Já perdida na longa caminhada encontrou um pastor em meditação sentado numa pedra.

Com um gesto carinhoso perguntou-lhe: Em que pensas, lindo pastorinho? Ele levantando levemente a cabeça, ao olhar com os seus olhos verdes a princesa, nem pode dizer o que pensava... Os odís olharam-se... demoradamente, e o amor surgiu, como uma promessa eterna.

Já era tarde, e a princesa tinha de regressar ao palácio. Logo que chegou dirigiu-se ao rei e disse-lhe: Senhor meu pai e rei — sabeis que na minha alma nada vive encoberto. Como poderia mesmo encobrir o que os meus olhos vão certamente denunciar?

O rei pensando, que de um

príncipe se tratava, ficou de raiva ao saber que aquele que tinha sido eleito por sua filha era um pastor.

Proibida de sair só do palácio conseguiu por fim a princesa, acompanhada pela velha aia, voltar ao sítio onde tinha havido juras de amor eterno.

Chorava, chorava a bela princesinha...

As suas lágrimas foram-se juntando e um lago azul se formou. À medida que o lago aumentava a princesa definhava e já nem na corte a conheciam.

E o pai sempre cruel e austero.

Quando a princesa não tinha mais lágrimas para chorar o sol voltou a aparecer e o céu parecia que estava em festa...

A bela princesa de olhos azuis ia morrer... Todas as sete cidades da Atlântica cobriram-se de luto pesado e só brilhava nelas o lago azul feito das lágrimas da infeliz princesa. A sua velha aia, cheia de dor pela morte da sua menina ajoelhou aos pés do rei e suplicou-lhe que a princesa fosse enterrada junto do lago azul...

Foi-lhe concedido tão simples desejo e, foram as lágrimas da princesa que ajudaram a brotar as flores da sua própria sepultura.



O pastor, ao saber que a morte lhe roubara a sua linda noiva e que ele toda a sua vida amaria, logo envelheceu antes sem fim e ficou de tal modo alquebrado que foi arrastando-se dificilmente para junto da sepultura da sua

amada. Ajoelhado chorou. Chorou tanto, tanto que um outro lago se foi formando ao lado do lago azul... mas se eram verdes os olhos do infeliz pastor, verdes eram agora as águas do lago feito das suas lágrimas, verdes como a verdura dos prados, e como o verde oceano. A sepultura da princesa ficou submersa neste verde lago.

No dia em que o infeliz

pastor morreu, houve um enorme cataclismo, para que na mente dos homens não ficasse mais orgulho e das sete cidades tão ricas, tão belas e tão cheias de poderio, apenas restavam duas lagoas... feitas do pranto dos infelizes amantes.

Esta é a lenda das lagoas das sete cidades, lenda tão antiga que quase não há memória dela.

PÁGINA CULTURAL

POESIAS DE NATAL

Por: ADOLFO SIMÕES MÜLLER* — Gravuras de: FERREIRA DO AMARAL

O MILAGRE DA NOITE DO NATAL

A Virgem Mãe, depois de reparar
que ninguém se encontrava já na ermida,
desceu devagarinho do altar,
— como temendo ser surpreendida —

e foi logo espreitar, pé ante pé,
à janela que deita para a rua:
no Céu, brilhava clara a luz da lua.
Em seu altar sorria S. José...

Nem viv'alma. E então Nossa Senhora,
segura já de que ninguém a via,
pôs em acção a ideia redentora
que tivera naquele santo dia.

Foi buscar um cestinho de costura
que ocultara no vão duma janela.
O cesto era pertença da capela:
— não se rompesse a veste ao padre-cura...

Cortou em largas tiras o seu manto,
enfiou uma linha numa agulha
e, depois, foi sentar-se para um canto,
mas sem fazer a mais ligeira bulha.

Quem a visse a coser assim tão bem,
ora enfiando ora puxando a linha,
di-la-ia a melhor costureirinha,
mas nunca, certamente, a Virgem Mãe!

O S. José sorria sempre muito,
olhando-a com sincera devoção:
é que ele bem sabia o meigo intuito
que obrigava a Senhora a tal serão.

Os outros Santos, todos num cochicho,
não perdiam de vista o altar-mór.
O Santo António, para ver melhor,
até ia caindo do seu nicho...

Houve uma Santa — a gentileza manda
sobre o seu nome conservar o sigilo —
que até ficou de resplendor à banda,
tais voltas deu para espreitar aquilo.

A Senhora entretanto costurava,
presa dum sonho que se não descreve,
alheia ao tempo que fugia breve
e ao pasmo que em redor se condensava

Esteve assim, cosendo, horas a fio,
à frouxa luz de trémula candeia.
De entretida, nem dava pelo frio...
E, contudo, nevava sobre a aldeia!

Fez bibes, camisinhas, tudo quanto
pode servir de abafo a um petiz.
Cada vez refugia mais feliz
o seu olhar imaculado e santo.

E as peças que a Senhora ia acabando
os anjos dum retábulo da igreja
levavam-nas depois num vôo brando
— vôo de pomba que no Céu adeja —

às criancinhas que andam pelo mundo
sem roupa, sem abrigo e sem família...
A Virgem continuava na vigília.
Havia em roda um soluçar profundo.

Por fim, adormeceu, ou de cansaço
ou por doce milagre de Jesus.
— Um enxoval inteiro no regaço
e na fronte uma auréola de luz!

E de manhã na missa do Natal,
quando o prior saiu da sacristia,
foi encontrar a Virgem que dormia
— tendo nas mãos a agulha e o dedal.



A DERRADEIRA PRENDA DO MENINO

O Menino Jesus, já cansadinho
de tanto andar por cima dos telhados,
descalçou os sapatos apertados
— eram novos... — e pô-los no caminho.

Nisto, sentiu ruído ali pertinho...
Trepou à chaminé, com mil cuidados,
e que viu? — Dois tamancos esburacados
e, ao pé deles, rezando, um petizinho.

O Menino Jesus que faz então?
Sem ter nenhum brinquedo ali à mão,
desses que tanto agradam aos garotos,

troca os sapatos pelos do petiz.
— E depois vais ao Céu mostrar, feliz,
à Virgem Mãe os tamanquinhos rotos...



* Escritor e jornalista português, nasceu em Lisboa a 18 de Agosto de 1908.

Frequentou a Universidade de Lisboa.

Dedicou-se ao jornalismo e publicou o seu primeiro trabalho aos 16 anos de idade.

Consagrou-se posteriormente à literatura infantil.

NO AID

CONSELHO NACIONAL DE HABITAÇÃO MARGINALIZADO

O Conselho Nacional de Reabilitação, órgão deliberativo e de cúpula da reabilitação foi, durante 1981 — Ano Internacional do Deficiente — claramente marginalizado.

Este órgão, fazendo parte do Secretariado Nacional de Reabilitação, deveria ser, e não tem sido, o motor da própria reabilitação e integração social dos deficientes. Além de ser o órgão deliberativo do importante organismo que é o Secretariado, pela sua composição (representantes dos Ministérios interessados na reabilitação e Associações de Deficientes) constitui o espaço privilegiado de discussão e equacionamento dos problemas dos deficientes, tendo capacidade para apresentar ao Governo as propostas de medidas legislativas adequadas.

Assim, seria de esperar do Conselho Nacional de Reabilitação uma acção conforme com os reais problemas dos deficientes. Nele depositaram os deficientes esperanças finais frustradas.

O espaço de debate intenso e procura as melhores soluções não foi, com a composição actual do Conselho Na-

cional de Reabilitação, encontrada. As reuniões foram logo desde início (a primeira em Março de 1979) apagadas e sem um conteúdo dinâmico. Os representantes dos departamentos do Estado, nas suas intervenções reflectiam a própria apatia dos serviços que os mandatavam perante os problemas dos deficientes. Os representantes destes também não foram capazes de numa forma coordenada, de fazer estilhaçar essa apatia, provocando a saída dinâmica e interessada para a discussão dos problemas.

Há que realçar, entretanto, e apesar de tudo, que as primeiras reuniões foram revestidas de grande dignidade, salientando-se o respeito que o Secretário Nacional de Reabilitação (exerce simultaneamente as funções de Presidente do Conselho Nacional de Reabilitação) sempre manteve por este órgão deliberativo. Para além do espaço de um ano (entre Junho de 1979 e Julho de 1980) em que não se realizaram reuniões, devido à não nomeação por parte dos Ministérios dos vogais, o Conselho funcionou com normalidade e produtividade no cum-

primento estrito do Decreto-Lei 346/77 (que cria o Secretariado Nacional de Reabilitação) tanto no que respeita à realização das reuniões mensais (ordinárias), como na aprovação de todas as propostas que legalmente lhe deviam ser submetidas.

Sem tentar aqui estabelecer juízos de valor sobre as pessoas dos dois Secretários Nacionais de Reabilitação (os únicos até hoje), não se pode deixar de assinalar que o Conselho Nacional de Reabilitação foi votado a uma notória marginalização pelo actual Secretário Nacional. Durante o ano de 1981, o conselho deveria ter reunido pelo menos doze vezes (segundo o Decreto-Lei 346/77, reúne obrigatoriamente uma vez por mês). Acontece que reuniu seis vezes apenas e uma delas por deliberação do próprio órgão.

Isto torna-se tanto mais grave quando 1981 é o Ano Internacional do Deficiente. Seria de esperar que este ano o Conselho Nacional de Reabilitação tivesse uma actividade especialmente intensa e profícua. O mínimo que se poderia exigir era que, como órgão fundamental da Reabilitação,

acompanhasse intimamente, as comemorações do AID. Ora, neste domínio, nunca foi ouvido nem achado. Quando a estrutura organizativa do AID se revelou inoperante, teria sido oportuno convocar uma reunião do Conselho Nacional de Reabilitação; quando a mesma estrutura, por acção controversa de algumas Associações de Deficientes, ameaçou de desagregação, seria oportuna uma reunião do Conselho Nacional de Reabilitação; quando se desenharam as perspectivas da nulidade que foram as comemorações da semana e dia nacionais do deficiente, seria útil também uma reunião do Conselho.

Isto no que respeita ao AID, porque, de resto, o Conselho Nacional de Reabilitação tem sido completamente ignorado em assuntos que a ele e só a ele dizem respeito. Um exemplo flagrante é o do projecto sobre a quota obrigatória. Depois de o grupo de trabalho ter elaborado o seu relatório final, que é feito deste projecto? Não sabemos. Mas sabemos, entretanto, que deveria, obrigatoriamente, ter sido submetido ao Conselho Nacional de Reabilitação, a fim de este o propor ao Governo para aprovação.

Esta preocupação sobre a marginalização do Conselho Nacional de Reabilitação foi logo assumida na reunião de 30 de Janeiro pela totalidade dos vogais presentes. Aí, por proposta do vogal da ADFA, foi aprovado o seguinte: tomando como considerandos preocupações várias aqui expressas, proponho que, no prazo máximo de 20 dias, seja convocada uma reunião extraordinária do Conselho Nacional de Reabilitação para definir as formas adequadas para o pleno exercício das suas competências.

A reunião extraordinária realizou-se (dia 18 de Fevereiro), mas a ordem de traba-

lhos não foi cumprida. O Presidente orientou a reunião como se o Conselho fosse um mero órgão de consulta. Limitou-se a ouvir as preocupações dos vogais, dando logo de imediato a reunião por encerrada.

Esta foi a prova de que seria o funcionamento futuro do Conselho Nacional de Reabilitação.

A partir daqui o desinteresse e a apatia instalaram-se, passando o Secretariado Nacional de Reabilitação a contar com a orientação praticamente exclusiva de um dos seus órgãos (o executivo), o Secretário Nacional que, como se sabe, é nomeado pelo Governo.

CONGRESSO DA ADFA PROPÕE REESTRUTURAÇÃO PROFUNDA DO CONSELHO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

Tendo-se consciência da grande importância do Conselho Nacional de Reabilitação e de organismo a que pertence, o Secretariado, o Congresso da ADFA, realizada em Maio de 1981, aprovou uma tese preconizando a sua reestruturação.

Nessa tese prevê-se o alargamento do Conselho na sua composição e competência, além da sua regionalização.

No que respeita a composição, preconiza-se a participação de vogais em representação de mais Associações de Deficientes, do Movimento Cooperativo, das centrais sindicais e das organizações patronais.

Relativamente às competências, prevê-se que este órgão seja dotado de poderes para nas suas funções deliberativas se afirmar como real coordenador da reabilitação em Portugal.

Quanto à regionalização pretende-se que o Conselho Nacional de Reabilitação fun-

cione articulado com conselhos distritais de composição equivalente à nacional.

A Direcção Central da ADFA tem vindo a empenhar-se no sentido de ver aceite pelo Governo esta proposta. Expressamente para este efeito, solicitou uma audiência ao Secretário Nacional de Reabilitação.

Depois dessa audiência, que teve lugar no dia 8 de Outubro de 1981, a ADFA enviou-lhe um ofício em que formalmente propunha que o Conselho Nacional de Reabilitação proceda, em reunião convocada para o efeito, à discussão do seu alargamento e regionalização, com base na referida tese da associação, a fim de formular uma proposta de alteração do Decreto-Lei 346/77.

Essa reunião proposta não se realizou nem a ADFA obteve qualquer resposta a este ofício.

Tivemos conhecimento, entretanto, do interesse manifestado por alguns vogais do Conselho Nacional de Reabilitação na possível discussão da proposta da ADFA.

De qualquer maneira, a proposta foi feita, o desafio foi lançado, aguarda-se a resposta. Para já, independentemente de teor da resposta, o silêncio é já em si uma nota discordante do espírito do Ano Internacional do Deficiente; em que o lema é, como se sabe, «total participação e igualdade». Para conseguirmos a igualdade, os deficientes querem participar. Foi isso que acentuou a ADFA na aprovação desta tese no Congresso e na sua apresentação ao Secretário Nacional de Reabilitação. Será ainda o mesmo espírito de participação que animará a ADFA nas suas futuras diligências para ver o Conselho Nacional de Reabilitação reestruturado e a funcionar em pleno, objectivo de que, para além do Ano Internacional do Deficiente, não se demitirá certamente.

POR INICIATIVA DA ADFA

ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE COMEMORADO EM ÉVORA

Organizadas pela ADFA — delegação de Évora — com a colaboração do Núcleo local da APD, várias actividades foram levadas a cabo no âmbito do AID, no passado dia 19 de Dezembro.

Assim, pelas 10 horas, na estrada da circunvalação, realizou-se uma corrida em cadeira de rodas, à qual assistiram várias pessoas que se deslocaram propositadamente ao local ou ainda outras que eventualmente passavam e não quiseram deixar de assistir aquela prova.

Pelas 12 horas, no pavilhão do Ciclo Preparatório, realizou-se um jogo de basquetebol em cadeira de rodas en-

tre as equipas da ADFA e JOANITAS.

Pelas 16 horas, no Rossio de S. Brás, onde estava patente ao público uma exposição fotográfica sobre a problemática do deficiente, deu-se início à tarde cultural, com a participação de grupos folclóricos da região, grupos corais e ainda alguns cançonetistas que se deslocaram de Lisboa.

No intervalo realizou-se um colóquio sobre a problemática que contou entre outros com a presença da Sr.ª Governadora Civil e um psicólogo daquela cidade. De salientar o interesse demonstrado pela Sr.ª Governadora Civil quanto à problemática do deficiente.

Várias entidades civis e militares se fizeram representar nestas iniciativas levadas a cabo naquela cidade alentejana.

Esta realização cantou ainda com o apoio da Câmara Municipal de Évora.

EMPREGO DE DEFICIENTES

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA APRESENTOU PROJECTO DE LEI NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou, em fins de Novembro, um Projecto de Lei na Assembleia da República sobre o emprego de deficientes.

O dr. António Arnaut, primeiro proponente desta proposta, enviou uma cópia do projecto à ADFA para se pronunciar.

Trata-se de uma proposta de medida legislativa fundamental para os deficientes que, a ser aprovada (acreditamos que sim), definirá, finalmente, os mecanismos práticos que garantam o até agora teórico direito dos deficientes ao trabalho.

Nos considerandos justificativos deste projecto afirma-se que os deficientes encontram frequentemente grande dificuldade no acesso ao emprego, quando não são, pura e simplesmente, preteridos, circunstância que é susceptível de gerar tensões e inibições impróprias de uma sociedade democrática que se quer, cada vez mais, igualitária e progressiva.

No articulado prevê-se a instituição de quota obrigatória para os serviços da administração pública, as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa e as empresas públicas,

bem como as empresas privadas e cooperativas com mais de 15 trabalhadores. Não se refere, no entanto, o valor dessa quota, ou seja, qual a percentagem mínima de admissão de deficientes a que essas empresas ou serviços ficam obrigados, adiantando-se, apenas, que poderá variar entre 5 e 15 por cento, de acordo com a dimensão e o tipo de actividades das entidades empregadoras.

No parecer da ADFA, enviado já ao dr. Arnaut, foram feitas algumas sugestões de acordo com as conclusões do grupo de trabalho, que sobre esta matéria funcionou no Secretariado Nacional de Reabilitação e de que a Associação fez parte. Sugere-se, assim, que seja fixada a percentagem mínima de trabalhadores deficientes a admitir na Função Pública e sector público nacionalizado em 10 por cento e no sector privado em 5 por cento. Sugere-se ainda que conste da lei a aprovar a atribuição de subsídios de compensação para as entidades empregadoras quando a admissão de deficientes implicar adaptação do local de trabalho ou requerer um período de adaptação profissional extraordinário, tal

como a definição de penalidades para as entidades empregadoras que não cumpram as percentagens de admissão de deficientes previstas.

Estas sugestões não são inovadoras, já que constam do grupo de trabalho que funcionou no Secretariado Nacional de Reabilitação.

Mais uma vez se constata a inoperacionalidade do Secretariado Nacional de Reabilitação e a improdutividade dos grupos de trabalho que aí têm funcionado. E isto não por culpa do próprio Secretariado ou dos grupos de trabalho, logicamente, mas do Governo que recebe as propostas aí elaboradas e as retém nos Ministérios. São assim os Grupos Parlamentares dos partidos políticos com assento na Assembleia da República, num gesto que os deficientes não podem deixar de apreciar e reconhecer neste caso do Partido Socialista e no caso dos transportes do Partido Comunista), que conseguiu levar à aprovação o que através do Secretariado Nacional de Reabilitação e do Governo não foi possível. Outros projectos elaborados no SNR se encontram ainda congelados, como é o caso do trabalho prote-

gido, os quais e muito especialmente este, poderiam constituir um desafio a outros Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Para já, quanto ao Projecto de Lei sobre o emprego de deficientes, esperamos que mais uma vez se mantenha a tradição da Assembleia da República, ou seja a aprovação por unanimidade das medidas sobre deficientes que aí são propostas.

Ainda sobre esta matéria e a proposta do Secretariado Nacional de Reabilitação, há a realçar que o grupo de trabalho sobre a integração dos deficientes na função pública ainda não começou a funcionar, apesar de criado já há mais de dois anos e recriado há alguns meses.

Embora a aprovação deste projecto de Lei do Grupo Parlamentar do Partido Socialista venha já definir a prioridade de admissão dos deficientes na função pública, os objectivos do referido grupo de trabalho do Secretariado Nacional de Reabilitação não ficarão certamente esgotados, esperando-se que venha a entrar em funcionamento o mais rápido possível.

REUNIÕES DE SÓCIOS NA SEDE

REUNIÃO MENSAL DIA 30 DE JANEIRO

Têm vindo a realizar-se mensalmente reuniões de sócios na sede da Associação em Lisboa, no último sábado de cada mês. Apesar de as mesmas terem vindo a ser anunciadas no «Elo», o número de associados presentes não tem correspondido ao desejado, pelo que, mais uma vez se salienta a importância destas reuniões, através das quais se consegue manter mais intensa a vida associativa.

Na reunião de Dezembro, para além da análise de assuntos constantes da ordem de trabalhos da próxima Assembleia Geral Nacional, teve lugar uma discussão aprofundada sobre a ADFA neste momento, e as formas de atingir os seus objectivos.

A reunião relativa a Janeiro realiza-se no dia 30 deste mês, ou seja, no último sábado, às 14.30, na sede da Associação em Lisboa.